

ANA LÚCIA MORAIS DE BRITO



“O JARDIM DE INFÂNCIA EM SÃO PAULO: A INFLUÊNCIA

DAS IDÉIAS PEDAGÓGICAS DE FRÖEBEL”

**CAMPINAS
1998**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

ANA LÚCIA MORAIS DE BRITO

***“O JARDIM DE INFÂNCIA EM SÃO PAULO: A INFLUÊNCIA
DAS IDÉIAS PEDAGÓGICAS DE FRÖEBEL”***

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para obtenção da Graduação em Pedagogia - Habilitação em Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Administração Escolar - pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof^ª Dr^ª Maria Teresa Penteado Cartolano.

**Campinas
1998**

UNIDADE.....	FB
Nº CHAMADA:	
TEC UNICAMP	
B777j	
V.....	1
TOM SO.....	056
PROG.....	124/1003
C.....	B: X
PREÇO.....	11,00
DA.....	29.10.97
Autocl 3106.1.2	

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

B777j	<p>Brito, Ana Lúcia Morais de. O jardim de infância em São Paulo : a influência das idéias pedagógicas de Fröebel / Ana Lúcia Morais de Brito. – Campinas, SP : [s. n.], 1998.</p> <p align="center">Orientador : Maria Teresa Penteado Cartolano. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.</p> <p align="center">1. Fröebel, Friedrich Wilhelm August, 1782-1852. 2. Jogos. 3. Trabalhos manuais. 4. Jardim da infância. 5. Dons*. I. Cartolano, Maria Teresa Penteado. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.</p>
-------	--

*“Dedico este trabalho às crianças e
às pessoas que trabalham com a
pré-escola”.*

SUMÁRIO

Introdução	1
I. Fröebel e a Educação	3
1. Alguns dados biográficos de Fröebel	3
2. Educação e Infância	8
2.1 O Jogo	11
2.1.1 Os Dons	13
2.2 O trabalho manual	16
3. O Jardim da Infância Alemão (Kindergarten)	17
II. O Jardim da Infância em São Paulo	19
1. Contexto Histórico	19
2. O Jardim da Infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos	26
2.1 O Programa do Jardim da Infância	30
2.1.1 Os Jogos	30
2.1.2 Trabalho manual	41
III. Considerações Finais	42
IV. Bibliografia consultada	44
V. Anexos	47
5.1 Anexo I	47
5.2 Anexo II	58
5.3 Anexo III	59

INTRODUÇÃO

O meu interesse pelo estudo sobre a educação infantil teve início antes do meu ingresso no Curso de Pedagogia.

Este interesse surgiu quando eu estava realizando estágio na pré-escola, uma vez que neste período eu estava cursando o último ano do Magistério.

Durante o contato com a pré-escola comecei a questionar sobre as denominações “pré-escola” e “jardim da infância”, porém, não realizei uma pesquisa a respeito do assunto.

Foi apenas na faculdade, no momento de elaborar um projeto de pesquisa, que decidi pesquisar sobre essas dúvidas que haviam surgido enquanto eu estava no 2º grau.

Através das leituras que fui realizando para elaborar o projeto, obtive informações sobre a abrangência do ensino pré-escolar: segundo Kishimoto (1988), ele contém tanto o Maternal quanto o Jardim da Infância.

Obtida esta resposta, decidi pesquisar sobre o Jardim da Infância, pois desde criança esta denominação já me despertava a curiosidade.

O presente trabalho apresenta um estudo englobando os seguintes aspectos referentes ao Jardim da Infância:

- biografia de Friedrich Fröebel (criador do 1º jardim da infância - Alemanha);
- estudo das idéias educacionais fröebelianas que foram a base pedagógica do Jardim criado por Fröebel na Alemanha;
- apresentação de algumas informações a respeito do Jardim fröebeliano;
- breve estudo a respeito do contexto histórico brasileiro, no período compreendido entre 1896 e 1920, em que o Jardim de Infância anexo à Caetano de Campos (1º Jardim de Infância público do Estado de S.P.) seguiu as idéias educacionais de Fröebel;
- estudo da metodologia utilizada no Jardim paulista;
- descrição da organização do Jardim da Infância anexo à Caetano de Campos;

A partir do estudo realizado sobre a teoria educacional fröebeliana, apresentamos uma tentativa de análise dessa teoria aplicada à realidade brasileira.

Para o estudo a respeito de Fröebel e suas idéias educacionais utilizei como fonte primária, a sua obra "A Educação do Homem", escrita no ano de 1826; como fontes secundárias foram utilizadas obras que apresentam estudos a respeito da teoria fröebeliana e do Jardim da Infância alemão.

Para a elaboração do contexto histórico brasileiro no período de 1896-1920, e também, para o estudo sobre o Jardim de Infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos, busquei informações junto a fontes primárias: legislação referente à implantação do Jardim da Infância, anexo à Caetano de Campos e artigos da Revista do Jardim da Infância; e fontes secundárias, como autores comentaristas que possuem trabalhos sobre o Jardim paulista.

O período para estudo ficou delimitado entre os anos de 1896 e 1920:

- 1896, pois foi neste ano que se deu a criação do Jardim da Infância junto à Escola Normal da Capital, através do Decreto nº 342; e 1920, pois foi no início dessa década que se concretizaram no Brasil, através das reformas estaduais da educação, as idéias educacionais defendidas pela Escola Nova, e inspiradas também em Fröebel. A partir daí, as professoras do jardim paulista já pensavam em termos de novos métodos e práticas pedagógicas, porém, mesmo assim, o programa elaborado em 1896 foi mantido até 1926.

Conforme exposto acima, este trabalho procurou fazer um estudo sobre a História da Educação, mais precisamente, da Educação Infantil.

Desejo que as próximas páginas deste trabalho auxiliie você, leitor, no conhecimento sobre o Jardim da Infância.

I- FRÖEBEL E A EDUCAÇÃO

1. Alguns dados biográficos de Fröebel

Friedrich Fröebel nasceu no dia 21 de abril de 1782, em Oberweissbach, do Principado de Schwarzburg-Rudolstadt, situada na Floresta da Turíngia, região ao sudeste da Alemanha, e faleceu em 21 de junho de 1852. Era filho do pastor luterano Johann Jakob Fröebel e de Jakobine Eleonore Friederike Hoffmann. Órfão de mãe aos 9 meses, foi entregue aos cuidados da madrasta que o tratava com aspereza. Carente do afeto familiar e sem amigos voltou-se para a natureza, na tentativa de encontrar companhia.

Com 10 anos de idade passou a ser educado por um tio materno, o pastor Hoffmann que lhe dava, então, todo o carinho, orientação religiosa, além de auxiliá-lo nos estudos na escola paroquial. Durante quatro anos Fröebel permaneceu na companhia de Hoffmann.

Com 15 anos completou o seu curso escolar em Stadtilm, que corresponderia ao nosso Ensino Fundamental e aos 17 anos e meio matriculou-se na Universidade de Jena, permanecendo aí por dois anos.

Em 1805 encontrou emprego como professor, em Frankfurt, em uma escola modelo “de um tal Grüner”, discípulo de Pestalozzi, momento em que descobriu que a atividade educativa era a sua verdadeira vocação e estava de acordo com as suas habilidades. Quase como um peregrino foi visitar Yverdon: “tudo ali está vivo, tudo é atividade”, comentava ele.

De 1807 a 1810 Fröebel foi preceptor de três crianças da família Holzhausen. Nesse período, voltou a Yverdon e durante a maior parte desses anos, ficou com essas crianças na escola de Pestalozzi. Assistindo às aulas junto com os seus pupilos, ele aprendeu o método e os princípios de Pestalozzi, tornando-se seu discípulo e passando a dedicar-se, a partir de então, à educação da infância. Entretanto, mesmo como discípulo desse pedagogo, Fröebel reconhecia que o método pestalozziano além das virtudes, possuía também alguns defeitos.

De acordo com a visão fröebeliana, o método de Pestalozzi cuidava da educação das crianças com mais de oito anos de idade, não se preocupando, contudo, com a educação da 1ª infância, que para Fröebel é a base para as demais fases do processo educativo.

No ano de 1811 realizou estudos sobre a linguagem na Universidade da cidade de Göttingen. Estes estudos abrangeram o grego e as línguas orientais; além das línguas, Fröebel estudou mineralogia e química.

Em 1812 matriculou-se na Universidade de Berlim, no curso de filosofia.

De 1813 a 1814 participou da guerra contra Napoleão: ele acreditava no seu dever de defender a sua pátria com a própria vida e seu sangue. Foi nesta luta que ele conheceu Langenthal e Middendorff, que posteriormente foram seus colaboradores.

Após a guerra, Fröebel voltou a Berlim a fim de prosseguir os estudos universitários: assumiu, na ocasião, o posto de inspetor do Museu Mineralógico da Universidade de Berlim. Em 1816 ele abandonou esta cidade e mudou-se para Griesheim com o propósito de cuidar dos filhos de seus irmãos, um dos quais falecido há pouco tempo. Inicialmente, Fröebel cuidou da educação apenas desses três sobrinhos mas, após oito anos, ele já possuía cerca de 60 alunos. Este instituto familiar de educação foi aberto no dia 13 de novembro de 1816, em Griesheim; em julho de 1817 mudou-se para Keilhau, na mesma região.

Em setembro de 1818, Fröebel casou-se com Guillermina Hoffmeister¹.

Nesse mesmo ano Fröebel havia adquirido uma propriedade em Keilhau, na qual foi instalado o instituto familiar de educação (que antes era em Griesheim), entretanto, o local necessitava de alguns reparos, fato que fez Fröebel contrair algumas dívidas.

¹ Vilches (s.d.) cita o nome da esposa de Fröebel como Guillermina Hoffmeister, entretanto, Koch (1985) cita o nome Henriette Wilhelmine Hoffmeister.

Além das dificuldades financeiras, Fröebel também teve que lutar contra os conservadores alemães, pois o seu desejo de uma educação nacional alemã era mal visto pelos conservadores.

Com o passar do tempo e diante de tanta oposição por parte dos conservadores alemães, no ano de 1831 ele se mudou para a Suíça e fundou uma escola em Wartensee, ficando aí até 1833.

Neste ano a escola foi transferida para Willisau, local onde Fröebel recebeu proteção do governo, mas teve de enfrentar a oposição do clero católico. A escola só resistiu até o ano de 1839.

Em 1835, Fröebel foi para Burgdorf dirigir um orfanato criado por Pestalozzi; Middendorff, seu amigo, ficou cuidando da escola de Willisau. Entretanto, Fröebel permaneceu nessa cidade por apenas um ano. No final de 1835, ainda em Burgdorf, ele iniciou a elaboração de um novo plano para a educação humana, que tinha como centro a família, unida a Deus, à Humanidade e à Natureza. Tanto esse plano, quanto as atividades pedagógicas, culminaram na fundação do Jardim de Infância, em 1840.

No Instituto de Burgdorf (1835) as observações de Fröebel o levaram à criação de materiais didáticos, como o cubo, a bola e a esfera, aplicados ao ensino de matemática e da língua alemã. Produzido em série pelo marceneiro Loehn, o material era acompanhado de textos explicativos. A fim de divulgá-los, Fröebel fundou um periódico - Folha Dominical. Esse material didático destinava-se, dizia ele, ao “desenvolvimento das tendências para a atividade, pesquisa e formação do futuro homem”. (Koch, 1985, p.43)

Durante todo o ano de 1839 Fröebel se dedicou a difundir as suas idéias pedagógicas.

Foi também nesse ano que se deu o falecimento de sua esposa.

Um mês depois deste acontecimento, ele organizou em Blankenburg uma “instituição para jogos e ocupações”, dedicando-se aí a cursos de

aperfeiçoamento para “cuidadores e cuidadoras”² de crianças, que aplicavam à sua prática pedagógica, o que aprendiam nesta instituição.

Este departamento era formado por cerca de quarenta crianças, de idade entre um e onze anos, que todas as tardes jogavam em grupos diferentes e aos cuidados de um diretor.

Como nem Fröebel e nem Middendorff (seu colaborador) estavam conseguindo atender às necessidades do Instituto, mediante um acordo entre eles e os demais responsáveis, nomeou-se Ida Saale “mãe das crianças”. Foi a partir desse reforço no comando da instituição que recuperou-se o seu esplendor. Segundo Vilches (s.d.), é aí que está o berço dos “Jardins da Infância”.

Em Blankenburg foi criado o “Jardim Alemão da Infância”. No início, os guias dos “jardins” eram homens, mas pouco a pouco Fröebel observou que a mulher estava melhor habilitada para cuidar da criança na faixa etária que era atendida pelo jardim da infância. Para ele, o nome Jardim da Infância sugeria uma escola assemelhada a um jardim - alegre, ampla, iluminada - onde a criança se desenvolveria, como uma pequena planta, através de cuidados especiais.

Em 1845 Fröebel criou uma Associação para Educação que tinha como objetivo difundir suas teorias. Com o passar do tempo foram criadas outras associações semelhantes a esta facilitando, assim, a divulgação das idéias fröebelianas. Em 1847 já existiam sete jardins da infância e algumas outras instituições que, apesar de utilizarem o método pedagógico empregado no Kindergarten, não tinham esta denominação.

Em 1848 Fröebel ofereceu cursos para professoras jardineiras, renascendo assim a sua esperança de implantar os jardins da infância, na escola alemã. No ano seguinte, mudou-se para Liebenstein com o objetivo de organizar um novo instituto, em cuja organização ele recebeu a colaboração da ex-aluna Luise Levin, que era responsável por uma instituição em Rendsburgo. Em 1851 Fröebel casou-se com ela.

² Essa expressão “cuidadores e cuidadoras” de crianças consta na seguinte obra: “La Educación en Pestalozzi y Fröebel”, de Gladys Vilches e Virgilio Cozzi.

Em Liebenstein, Fröebel conheceu a baronesa Marenholtz-Bülow e Adolfo Diesterweg, pessoas que colaboraram muito com ele nesse empreendimento (organização do instituto).

Através de uma série de conferências realizadas em Hamburgo, Fröebel divulgava as suas idéias pedagógicas.

Em 1851, dois meses depois do seu casamento com Luise, os jardins de infância foram proibidos pelo governo. Um dos motivos apresentados para tal medida foi o de que a pedagogia fröebeliana estava carregada de idéias liberais tanto no âmbito político como no religioso, com tendências para o socialismo e o ateísmo. Dessa forma, era uma pedagogia nociva à educação da juventude e, possivelmente, à “segurança” do Estado Autoritário.

Mesmo com essa proibição Fröebel continuou defendendo suas idéias, juntamente com seus amigos, discípulos e o apoio de alguns jornais do país. O resultado da campanha foi que alguns Kindergarten puderam continuar funcionando. Porém, a revogação do ato legal não foi concedida mesmo com o pedido de Fröebel ao rei Guilherme IV, da Prússia.

Fröebel faleceu no dia 21 de junho de 1852, depois de um período em que esteve doente. Apesar da sua morte, os seus discípulos continuaram defendendo a idéia do Jardim da Infância, que se expandiu para fora da Alemanha: em 1861, Eleonore Heerwarth e Adle von Portugal fundaram o primeiro Jardim da Infância, na Inglaterra; e a senhora Schwabe fundou o “Instituto Italiano”, em Nápoles. Em 1876, surgiu o primeiro Jardim da Infância em Tóquio. Com o mesmo objetivo, Luise Levin Fröebel (viúva de Fröebel) enviou mestras para a América do Norte onde, em 1904, o número de jardins de infância ultrapassou a 2997.

As principais obras de Fröebel foram as seguintes: A Educação do Homem (1826); Plano de Vida (1837); Cânticos Maternais (1843); Cem Cantigas de Péla; Vinde Vivamos para Nossos Filhos (1837), revista hebdominária publicada de 1837 até 1840.

2. Educação e Infância

Não só nos fins da educação, mas em toda a teoria educacional fröebeliana, vemos presente a idéia de Deus como origem e unidade de todas as coisas: elas existem devido à emanção divina que vive nelas. Essa emanção divina que vive em cada coisa é a essência mesma da coisa.

Compreende-se, pois, o profundo sentimento religioso que perpassa a obra pedagógica de Fröebel: todo ser participa dessa essência e é capaz de revelá-la ou atingi-la. Assim, todos os objetos da natureza podem revelar Deus. A meta da educação é a realização desse destino, o desenvolvimento dessa essência em unidade com o absoluto.

Na visão fröebeliana, "é a educação dos sentidos que ajudará a despertar o divino que existe na alma humana". (Monarcha in: Freitas, 1997, p.116)

A educação do homem consiste então, segundo Fröebel, em:

- *"Suscitar-lhe as energias como ser progressivamente consciente, pensante e inteligente; ajudar-lhe a manifestar com pureza e perfeição, com espontaneidade e consciência, sua lei interior, o divino que existe nele;*
- *dar-lhe a percepção e o conhecimento daquele divino, espiritual e eterno que existe na natureza exterior, que constitui a sua essência e nela se expressa de um modo permanente;*
- *eleva o homem ao conhecimento de si mesmo, de Deus e da natureza e, através d'Ele, a uma vida pura e santa".* (Fröebel, 1913, p. 3-5)

Como a natureza revela Deus à criança, o estudo dessa natureza deverá ser o principal instrumento da educação. Natureza e espírito constituem unidades que refletem a unidade absoluta e divina. Daí a necessidade, segundo Fröebel, de os estudos, as matérias de estudo, constituírem uma unidade.

Através dessas metas Fröebel deixa claro que educar é muito mais do que transmitir conhecimentos e/ou informações: para ele, a educação deve auxiliar o homem a criar e a produzir como o próprio Deus, isto é, deve auxiliá-lo a chegar perto da perfeição divina, já que foi criado à sua imagem e semelhança.

Eby refere-se, assim, à visão de educação de Fröebel:

“Para ele, a educação não é a transferência da experiência adquirida por uma geração para a seguinte, nem o desenvolvimento de certas capacidades ou poderes, nem o ajustamento do indivíduo a seu ambiente. É, antes, um processo que inclui todos estes e vai muito além deles.” (Eby, 1976, p.435)

O homem é força autogeradora, é natureza criadora e, como tal, deve desenvolver-se através da atividade, da iniciativa pessoal, do agir e do produzir.

Nesse sentido, para Fröebel, a função da escola é, essencialmente, a de desenvolvimento da vontade, das atividades espontâneas, através de métodos apropriados. Segundo ele, a escola deve ensinar às crianças as relações existentes entre as coisas, as relações destas com o homem e também com Deus. O ensino deve auxiliar o aluno na percepção da unidade de todas as coisas: elas existem, repousam e vivem na unidade de Deus.

A função que Fröebel atribui à escola é vista da seguinte forma por Prüfer: *“É uma missão elevada a que Fröebel atribui à escola: não propriamente a preparação para a vida, mas a integração, a intensificação da vida”*. (1944, p.55)

Para que a escola possa desempenhar a sua função, *“a educação deve se basear e repousar sobre o interior e o mais íntimo da personalidade”*. (Fröebel, 1913, p.6)

De acordo com o exposto acima, é necessário que *“a educação tenha como base as necessidades e tendências das crianças”*. (Larroyo, 1974, p.643)

Entretanto, na visão fröebeliana, o conhecimento do interior das coisas e das pessoas se dá através das manifestações externas da criança que servirão como ponto de apoio para orientar o processo educacional.

Porém, Fröebel nos faz uma observação acerca da dedução do interior a partir do exterior: *“sem dúvida, a educação não se contenta em deduzir o interior a partir da manifestação exterior, mas busca a essência das coisas através das relações externo-interno e interno-externo”*. (Fröebel, 1913, p.6)

Nesta análise, Fröebel está ponderando a importância do interno e do externo no momento em que se procura conhecer a essência de alguma coisa ou pessoa.

Logo, ao longo do processo educacional não deverá se considerar apenas o exterior da criança mas também o seu interior e vice-versa.

Ao entrar na escola a criança, através das atividades livres e espontâneas, passa do conhecimento do aspecto aparente e superficial das coisas para o conhecimento interior (abstrato), chegando pouco a pouco ao verdadeiro conhecimento, à compreensão justa, à consciência clara da realidade.

Fröebel compara o desenvolvimento da criança à uma planta, fazendo a seguinte analogia:

“Na observação da natureza, cada planta pertence a uma espécie, tem características próprias e exige do jardineiro cuidados especiais relativos à época de plantio, poda, constância na rega e outros, para crescer. Da mesma forma, ao estudar o desenvolvimento da criança percebe que ela necessita de atenção, cuidados semelhantes à planta para crescer saudável”. (in: Kishimoto, 1988, p.32)

De acordo com tal analogia, Fröebel vê a professora como uma “jardineira” que deve cultivar o desenvolvimento intelectual, emocional, físico, social e moral da criança, utilizando para isso não só os brinquedos, os jogos e o trabalho manual, mas, também, a música, a conversação, o desenho, a modelagem e o uso de um material próprio para a educação das mãos, ao qual ele nomeia “dons”.

Os dons são objetos destinados a despertar na criança a representação da forma, da cor, do movimento e da matéria. Com a representação da forma associava-se o aprendizado da língua materna; os cantos, as poesias e as conversações, por sua vez, eram utilizados como recursos para despertar o sentimento moral e religioso das crianças.

Apesar de a professora ter o dever de cultivar o desenvolvimento da criança, Fröebel afirma que tudo o que ela vir a ser, já está potencialmente nela; ela se interessa por tudo o que entra em seu mundo, por todas as coisas que contribuem para a ampliação desse mundo; através da curiosidade, que lhe é natural, a criança busca conhecer todos os objetos que povoam o seu mundo.

O autor em estudo dá grande valor à infância, uma vez que para ele os futuros ensinamentos têm seus primeiros embriões nessa fase do desenvolvimento do homem. Partindo da visão de criança como um ser dotado de vontade e curiosidade naturais, a metodologia fröebeliana explora o lúdico (brinquedos, jogos, trabalhos manuais) como meio de promover o desenvolvimento infantil e a aquisição de conhecimento pela criança.

Em Fröebel, a essência divina está no homem devendo, pois, ser manifestada através dessa educação.

2.1 O jogo

Fröebel, em sua obra "A Educação do Homem", valoriza o trabalho já no início da formação do ser humano.

"Como é sumamente importante educar bem cedo para a religião, assim também é importante educar bem cedo para a atividade operativa, para a laboriosidade... Aplicar-se desde cedo ao trabalho, de acordo com o íntimo significado da palavra, significa fortalecer e elevar a religião"; e isto porque "o homem, pela sua origem e em sentido verdadeiro, trabalha porque o espiritual, o divino que há nele, manifesta-se fora de si... O espírito, para elevar-se até a representação e o conhecimento de si mesmo, precisa da matéria". (Fröebel, 1913, In: Manacorda, 1995, p.284)

Comentando a respeito, Manacorda concorda que *"o trabalho, a atividade autônoma, na criança, é o jogo"*. (1995, p. 284)

Enquanto a principal atividade da vida adulta é o trabalho; para a criança esta atividade deve ser o jogo; é neste que ela aprenderá a usar o seu tempo e a sua força física e mental.

Fröebel indica, além dos dons, outros jogos que também auxiliam nesse desenvolvimento da criança: eles podem ser desde imitações da vida e dos seus fenômenos, utilização do que foi ensinado à ela na escola, como também podem constituir-se de livres imagens e manifestações do espírito, de toda qualidade e em assunto de toda origem, segundo as leis já existentes nos objetos e de temas do próprio jogo. Ele deve proporcionar o desenvolvimento harmônico da criança - corpo e alma (espírito) -, devendo iniciar-se pelo exercício e desenvolvimento da força física (o corpo), para depois exercitar e desenvolver os sentidos e o espírito (a alma humana).

Fröebel divide os jogos em: jogos corporais, que exercitam a força, como expressão da energia vital e do prazer da vida; jogos dos sentidos, que exercitam os ouvidos e os outros sentidos, (por exemplo, o jogo de se esconder); e jogos do espírito, da imitação e do juízo (como o jogo de xadrez ou de damas).

Os jogos são e devem ser o desenvolvimento da capacidade vital, do impulso da vida, produtos da plenitude da vida, da alegria do viver que existe nas crianças. A sua importância nos primeiros anos da infância é vista como *"manifestação espontânea do interno, imediatamente provocada por uma necessidade do interior mesmo"*.(Fröebel, 1913 p.56)

Segundo Fröebel, o jogo ajudará a criança a exteriorizar o seu mundo interior, a descobrir no interior de si o seu ponto central de referência, de união, ou seja, o ponto harmonioso e de unidade de sua vida, de toda vida.

Dessa forma, o jogo é um meio para auxiliar o educando na compreensão de si mesmo e do seu mundo.

Analisando a concepção fröebeliana sobre o jogo, percebemos que ele é visto como algo que naturalmente já faz parte do mundo infantil; jogar é uma necessidade que a criança tem. Através do jogo a criança pode não só, expressar os seus pensamentos e a sua forma de agir diante de algumas situações, bem como, desenvolver, por exemplo, o senso de justiça e a amizade.

A manifestação de idéias e sentimentos interiores da criança, através do jogo, ocorre de maneira espontânea, *"por uma necessidade do interior mesmo"*. (Fröebel, 1913, p.56)

Observando as crianças no momento em que elas estão jogando, percebemos uma série de atitudes que elas possuem mas, nem sempre expressam de forma clara, quando estão fora da situação de jogo.

Para Fröebel, a criança que joga tranquilamente, com espontânea atividade, resistindo ao cansaço, com certeza será também um homem ativo, resistente, capaz de sacrificar-se pelo seu próprio bem e pelo dos demais.

Eby (1976), comentando a concepção de Fröebel sobre os jogos da infância, afirma que eles são vistos como principais auxiliares do desenvolvimento das virtudes sociais, tais como, a simplicidade, a delicadeza, a amizade, a justiça, a moderação, o auto-controle, a sinceridade, a lealdade, o amor fraternal e a imparcialidade.

2.1.1 Os dons

Além de valorizar as brincadeiras espontâneas das crianças (as imitações, por exemplo), Fröebel criou os “dons”, que eram o conjunto de material didático que constituía as recreações infantis. Dentre esses “dons” estavam: a péla, a esfera, o cubo e o cilindro; o cubo dividido em oito cubos iguais; o cubo dividido em oito tijolos, o cubo dividido em sete cubos iguais, o cubo dividido em pedras de construção. Esses jogos eram acompanhados de exercícios de linguagem dirigidos pela professora: observando as construções das crianças ela empregava expressões e frases, simples e claras, e as fazia repetir. Da mesma forma, utilizava o número de cubos ou de tijolos para iniciá-las nas noções de cálculo e geometria.

Na visão fröebeliana os “dons” eram ofertas divinas para satisfazer as necessidades das crianças (= no período da infância).

Na sua obra “A Educação do Homem”, Fröebel não menciona a questão dos dons e da sua utilização no processo educativo, entretanto, apresenta um estudo acêrca das formas geométricas³. Segundo Vilches, “*parte do nascimento dos dons se deve ao estudo das formas*” (s.d., p.79). Adiante comentaremos a respeito.

No estudo que Fröebel realiza acêrca das formas geométricas ele analisa as seguintes: a esfera - os cristais, o cubo, o octaedro, o tetraedro, outras figuras, figuras compostas. Segundo ele, tudo surge a partir da esfera: “*o esférico, os corpos redondos, são, de maneira geral, as primeiras e as últimas entre as formas naturais*”. (Fröebel, 1913, p.187)

³ Conferir, por exemplo, às páginas 182-212 da obra citada.

A forma esférica constitui não só os principais corpos do Universo, entre eles, o Sol e os planetas, como também, o sólido nas suas menores partículas. Tendo, pois, que a esfera é a primeira e a última entre as formas naturais, e que é concretizada pela bola, podemos compreender porque esta veio a ser o primeiro dom fröebeliano.

Segundo Hubert, *“a esfera é concretizada pela bola, cujo próprio nome (Ball) é um símbolo, é formado de letras tomadas às palavras Bild vom All, imagem do todo”*. (1976, p.265)

A descrição das outras formas geométricas não será apresentada neste trabalho pois, para Fröebel, tudo surge a partir da esfera:

“A esfera não se parece com nenhuma outra figura e, na sua essência, contém as condições e as leis de todas. A esfera é o informe que dá forma. Não se distingue nela nenhum ponto, nenhuma linha, nenhum lado, nenhuma face. E, sem dúvida, contém em si os pontos, as linhas, etc., de todas as outras formas, condicionando-as não somente em princípio, mas também em realidade”. (Fröebel, 1913, p.188)

Dessa forma, as outras figuras surgem a partir da esfera.

Nesse sentido, podemos concluir que os demais dons também foram criados a partir do estudo e da análise que Fröebel realizou a respeito do primeiro dom - a bola.

Até o momento apresentamos algumas informações quanto aos estudos que Fröebel realizou sobre a esfera. A partir daqui, abordaremos a questão dos dons propriamente dita.

Quanto à finalidade dos dons e à sua construção:

“Fröebel idealizou um material pedagógico para que as crianças se exercitassem sensorialmente. Este material foi confeccionado seguindo o pensamento teórico do seu autor e está baseado fundamentalmente no conceito de que todos os sentidos se reduzem a um fundamental que é o tato”. (Vilches, s.d., p.84)

Através dos dons, seu criador desejava desenvolver na criança as habilidades sensoriais, a linguagem e a sociabilidade. Para atingir tais objetivos, Fröebel utilizava o trabalho em grupo.

A Revista do Jardim da Infância, de São Paulo, afirma que *“são ao todo vinte dons segundo a definição geral de Fröebel. Entretanto, só os seis primeiros são designados pela denominação de dons. Preferimos, porém, seguir a classificação e a*

nomenclatura do grande criador do sistema" (vol.I, 1896, p.72) e relacioná-los integralmente:

- 1º. *Seis bolas de borracha, cobertas com tecido de várias cores;*
- 2º. *Esfera, cubo e cilindro de madeira;*
- 3º. *Cubo dividido em oito cubos iguais;*
- 4º. *Cubo dividido em oito partes oblongas;*
- 5º. *Cubo divisível em metade e ou quartas partes;*
- 6º. *Cubo consistindo em partes oblongas, duplamente divididas;*
- 7º. *Tabuazinhas quadradas e triangulares para compor figuras.*
- 8º. *Varinhas para traçar figuras;*
- 9º. *Anéis e meios anéis para compor figuras;*
- 10º. *Material para desenho;*
- 11º. *Material para picagem;*
- 12º. *Material para alinhavo;*
- 13º. *Material para recortes de papel e combinação;*
- 14º. *Material para tecelagem em papel;*
- 15º. *Varetas para entrelaçamento;*
- 16º. *Réguas com dobradiças - gonígrafo;*
- 17º. *Fitas para enlaçamento;*
- 18º. *Material para dobradura;*
- 19º. *Material para construção com ervilhas;*
- 20º. *Material para modelagem". (Kishimoto, 1988, p.111-112)*

Segundo Koch (1985), esse material, acompanhado de textos explicativos a seu respeito, foi criado a partir das observações que Fröebel realizou no Instituto de Burgdorf (1835). Explicações complementares acerca dos objetivos do material, bem como sobre o seu uso, foram divulgados na revista *Folha Dominical*.

Na pesquisa realizada nos arquivos, não encontramos fonte primária que tratasse, com maiores detalhes, da utilização dos dons no Jardim da Infância fröebeliano. No entanto, ao longo deste trabalho, apresentaremos a orientação seguida pelo Jardim de São Paulo sobre a utilização desses mesmos dons.

2.2 O trabalho manual

Fröebel chama a nossa atenção para o fato de que o trabalho sobre a matéria (madeira, argila, etc.), na vida e na atividade (tarefas e deveres), unido aos pensamentos e às palavras, é mais importante para o desenvolvimento do homem que a expressão por conceitos e palavras.

Fundado nessa concepção, ele propõe que o trabalho manual se ligue à consideração do mundo exterior e aos exercícios de linguagem.

Segundo Soares (1937), o trabalho manual fröebeliano foi e ainda é ensinado da seguinte maneira: a professora apresenta o modelo e ensina o aluno a copiá-lo, marcando-lhe os movimentos úteis e as pausas; cada modelo contém um número de regras e de técnicas, que vão sendo sempre repetidas e acrescentadas no modelo de sucessão; a ordem destas técnicas é escrupulosa e sábia, pode-se dizer, para que o aluno a retenha sem dificuldades.

Os materiais utilizados para realizar os trabalhos manuais são papéis de formas, cores, tamanhos e consistências diferentes.

Em "A EDUCAÇÃO DO HOMEM", Fröebel caracteriza um tipo de trabalho manual:

"o material para construção constitui-se primeiro, de certa quantidade de pedaços de madeira, cujo corte tenha um centímetro quadrado e de 1 a 12 de comprimento. Se tomar doze pedaços de cada comprimento, sempre de duas classes de comprimento, por exemplo: 1 e 2, 2 e 10, aparentarão uma tábua de um pé quadrado e um centímetro de espessura, de maneira que todos estes pedaços, reunidos com alguns maiores, suporiam uma porção de madeira de mais de meio pé cúbico; convém conservá-los em uma caixa cujo espaço interior tenha a capacidade dita. Esta caixa de construção será empregada de diferentes modos no desenvolvimento do ensino. O material seguinte contém pedaços cúbicos, de forma que 8 pedaços formem um pé cúbico.

No primeiro material, os pedaços de madeira de mesmo tipo e comprimento estão em número igual; aqui, ao contrário, os pedaços de madeira que representam os tijolos são mais de 5, pelo menos, enquanto que os de comprimento duplo, triplo, até sêxtuplo, são, proporcionalmente, em menor número; o mesmo acontece com os de médio comprimento. É necessário que a criança aprenda desde logo a distinguir, nomear e classificar os objetos de construção segundo sua importância.

Depois deve determinar por meio da palavra tudo o que faz". (Fröebel, 1913, p.349-350)

3. O Jardim da Infância Alemão (Kindergarten)

Informações a respeito da organização do Jardim criado por Fröebel apenas foram obtidas através de fontes secundárias, uma vez que a única fonte primária encontrada nos arquivos consultados foi "A Educação do Homem", que aborda as suas idéias educacionais.

Um primeiro requisito que Fröebel defendia como de grande importância, era que as jardineiras tivessem sólido conhecimento de psicologia infantil, a fim de atenderem às necessidades da criança - necessidades sensório-motoras, afetivas, desenvolvimento infantil em si, características das atividades criativas da criança.

Era também função da jardineira: *"Estimular o desenvolvimento da individualidade, fundamento da futura personalidade e estimular também todas as formas de sociabilidade para preparar a criança como futuro integrante da sociedade"*. (Vilches, s.d., p.88)

É no jardim da infância que deve começar a formação dos hábitos infantis, quais sejam: solidariedade, amizade, veracidade, obediência, etc. Para Fröebel, esses hábitos são necessários para a correta integração na vida social.

A finalidade principal do Kindergarten não era instruir mas, sim, educar. A metodologia proposta para essa educação era "educar jogando".

Seguindo a orientação fröebeliana, as atividades deveriam ser variadas, de maneira a manter sempre vivo o interesse infantil e oferecerem à criança a possibilidade de uma criação espontânea e livre.

O mais importante para Fröebel no jardim de infância era a atividade construtiva da criança, para a qual existiam os materiais criados por ele (jogos, dons e ocupações).

Através de uma análise comparativa entre a obra "A Educação do Homem" e as fontes secundárias que possuem informações a respeito do jardim fröebeliano podemos concluir que: no Kindergarten temos presente a

concretização das idéias pedagógicas de Fröebel apresentadas em “A Educação do Homem”.

Vilches (s.d.) confirma essa constatação: *“para as crianças Fröebel construiu toda uma doutrina pedagógica e uma instituição para aplicá-la”*. (p. 87)

Assim como apresentado em “A Educação do Homem”, no Jardim da Infância Alemão haverá a preocupação, entre outras, com o ensino religioso, o trabalho manual e o jogo.

Além disso, na sua obra, Fröebel deixa explícita a sua preocupação com o desenvolvimento físico, espiritual, moral da criança. As atividades desenvolvidas no jardim da infância sempre estarão voltadas para esses aspectos.

Aqui realizamos apenas uma breve apresentação a respeito do jardim de infância alemão, pois existe pouco material traduzido, com informações a respeito dessa instituição de ensino.

II. O JARDIM DA INFÂNCIA EM SÃO PAULO

1. Contexto Histórico

No período em estudo (1896-1920) houve vários acontecimentos no cenário nacional, tanto no âmbito econômico, como no político, social e cultural.

É a respeito de alguns desses acontecimentos que trataremos a seguir.

No aspecto econômico e político podemos destacar, entre outros, os seguintes fatos: existência de uma economia baseada no café, dependência do Brasil em relação ao mercado exterior, política dos governadores.

No que diz respeito à economia, cabe salientar que neste período está tendo início o processo brasileiro de industrialização.

Tanto estes acontecimentos como outros que não estamos fazendo referência neste trabalho, influenciaram na área educacional do período em estudo.

Considerando que o nosso período de análise tem início em 1896, com a criação do Jardim de Infância junto à Escola Normal da Capital, pelo Decreto nº 342, de 3 de março de 1896, é a partir desse ano que estamos considerando o contexto brasileiro. Entretanto, quando necessário, consideraremos anos anteriores ou posteriores ao período delimitado.

Um primeiro aspecto que deve ser salientado é quanto ao fato de já estarmos no regime republicano e na vigência da Constituição de 1891. No ano de 1896 é Prudente de Moraes quem está no governo do país.

A seguir serão apresentadas algumas informações a respeito da Constituição de 1891, pois é nesta Carta que constam as normas básicas a serem respeitadas pelas pessoas no âmbito jurídico, político, social e econômico no período que estamos estudando.

O projeto da Carta Constitucional que foi apresentado pelo governo possuía como modelo a Constituição dos Estados Unidos, entretanto, também recebeu influências argentinas e da Confederação suíça. Segundo

Bello (1972), como os homens de 1824, os de 1891 acreditavam religiosamente nas fórmulas do liberalismo político.

A Constituição promulgada em 1891 inaugura a organização federalista, o regime presidencialista e a separação da Igreja, do Estado (Estado laico). Estabelece o voto universal para maiores de 21 anos excetuando mulheres, analfabetos, praças de pré, religiosos de ordens monásticas; a eleição para o senado; a livre escolha dos ministros pelo Presidente da República; governo de três poderes independentes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Segundo Souza (1976), com a Constituição de 1891 o Estado adquiriu o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários.

Apontaremos alguns aspectos referentes à economia no período em estudo, fazendo referência principalmente ao café, que era a base econômica de São Paulo, e à industrialização nascente.

A economia brasileira estava baseada no café. Entretanto, o café enfrentou períodos de crise.

O principal consumidor do produto brasileiro era os Estados Unidos, que estimulava a expansão das plantações no Brasil. Entretanto, após um determinado período a oferta mundial de café ultrapassou o consumo, ocasionando a queda do preço em 40%. Com isso, os cafeicultores foram prejudicados, e o governo alertado para a necessidade de uma política "reparadora", promoveu a desvalorização do mil-réis, de modo que, ao trocar as libras provenientes da venda do produto, os cafeicultores recebiam uma quantia menor da nossa moeda, o que compensava o declínio dos preços. (Alencar, 1981, p.186)

A desvalorização da moeda não era bem vista aos olhos dos banqueiros, por isso, os presidentes Prudente de Moraes e Campos Sales adotaram uma política antiinflacionária com o objetivo de diminuir o volume de moeda em circulação.

Essa política compreendeu a restrição dos créditos e dos gastos do Estado e, também, um acordo no exterior adiando o saldo dos débitos por causa da escassez de divisas. Este acordo foi realizado por Campos Sales.

Em 1898 foi assinado o “funding loan”, com os Rotschild, da Inglaterra. Ele estabelecia que: o pagamento de todas as dívidas com os banqueiros fosse feito após treze anos; o pagamento apenas dos juros fosse efetuado dentro de três anos, em títulos da dívida pública, sobre os quais os banqueiros cobriam taxas de juros quando fossem descontá-los.

Essa política aliviou a crise financeira, mas, no início do século, a crise relativa à superprodução cafeeira voltou a se acentuar. Frente a isto, o governo adotou a política de valorização do café.

As novas medidas protetoras foram estabelecidas em fevereiro de 1906, pelos presidentes de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. Essas medidas ficaram conhecidas como Convênio de Taubaté, pois elas foram elaboradas na reunião que ocorreu na cidade de Taubaté (SP).

“Com o objetivo de diminuir a oferta, de modo a que os preços se recuperassem, os governos dos três Estados comprariam e estocariam, mediante empréstimos no exterior, o café excedente. O pagamento dos empréstimos seria garantido pela cobrança de uma taxa, cujo valor era fixado em ouro, por cada saca exportada. O governo se encarregaria de tomar outras decisões destinadas a evitar o plantio de novos cafezais”. (Alencar, 1981, p. 186-187)

Segundo Alencar (1981), tanto a valorização como as outras políticas protecionistas resolviam o problema imediato dos cafeicultores paulistas, mas agravava os aspectos negativos da economia cafeeira.

A Inglaterra e alguns outros países obtiveram lucro através do controle de diversas etapas da produção e comercialização do café.

Desta forma, podemos perceber que o controle do preço do café não interessava apenas ao Brasil, mas também a outros países.

Com essa observação, é possível constatar que o Brasil dependia do mercado exterior. Nesse sentido, cabe-nos destacar as características da dependência comercial e da financeira. No que se refere à dependência comercial:

- "O Brasil continuava especializado na monocultura de gêneros primários, que, além de sujeitos ao comportamento do mercado externo, possuem um valor inferior ao dos produtos manufaturados.

- A maior parcela dos lucros, obtida sobretudo na comercialização e distribuição, ficava em mãos estrangeiras. Em 1898, por exemplo, dos 6 milhões de sacas de café exportadas no porto de Santos, apenas 1% foi exportado por firmas brasileiras.

- Através da especulação com o produto e de outros expedientes, os exportadores souberam se precaver contra as crises, transferindo os prejuízos para os produtores". (Alencar, 1981, p. 192)

Quanto à dependência financeira:

- "O desequilíbrio permanente das contas externas do país acarretava déficits crônicos da balança de pagamentos. As divisas provenientes das exportações não eram suficientes, mesmo quando os saldos comerciais eram positivos, para o pagamento do montante de dívidas, juros e serviços das dívidas (por exemplo, as comissões cobradas pelos agentes financeiros sobre empréstimos negociados). Entre 1912 e 1922, entraram no Brasil 404 milhões de libras, saindo, porém, 437 milhões, dos quais 113 milhões correspondentes a remessas de lucros das empresas estrangeiras e despesas com o serviço das dívidas.

- Como a receita proveniente das exportações não bastavam para cobrir todas as despesas no exterior, os governos federal e dos Estados viam-se obrigados a contrair novos empréstimos para o pagamento de empréstimos e juros vencidos, repetindo-se as situações ocorridas no Império. Entre 1889 e 1930, o Brasil contraiu 27 empréstimos em bancos estrangeiros. Até a primeira década do século todos foram feitos na Inglaterra, diversificando-se nos anos seguintes entre França, Alemanha, Holanda e Estados Unidos, o que refletia o enfraquecimento do monopólio britânico no mercado financeiro mundial.

- O Brasil não tinha bancos capazes de financiar os cafeicultores, nem sequer agências bancárias no exterior para tratar de suas operações de crédito. A manipulação (depósito, transporte etc.) das divisas ficava sob controle dos bancos estrangeiros, que assim podiam especular à vontade com elas. Só em 1921 o Governo decretaria uma lei favorável no controle cambial, dificultando as especulações". (Alencar, 1981, p.192-193)

Os acordos realizados para tentar salvar a crise que o café estava sofrendo não eram suficientes, sendo necessário também que o Brasil sofresse uma reorganização interna.

Essa reorganização, segundo Ribeiro (1993), foi conseguida com a adoção da “política dos governadores”.

Essa política foi criada por Campos Sales (presidente do Estado de São Paulo), com o objetivo de conseguir a conciliação dos grupos dominantes nos Estados.

A “política dos governadores” funcionava da seguinte forma:

- *“O órgão-chave para sua implantação foi a Comissão de Verificação do Congresso Federal, que, por lei, tinha o poder de reconhecer ou não a eleição de senadores, deputados, presidente e vice-presidente. Seu papel seria o de referendar apenas os mandatos dos políticos pertencentes às oligarquias que dominavam nos Estados. O não-reconhecimento de candidatos eleitos pelas oposições era conhecido como ‘degola’.*

- *Em retribuição ao reconhecimento pelos poderes federais do seu domínio, as oligarquias estaduais comprometiam-se a aprovar a política presidencial.*

- *Fortalecidas pelo apoio federal, as oligarquias estaduais aumentavam o seu controle sobre os coronéis municipais. Estes, por sua vez, necessitando das verbas governamentais, obrigavam todos os seus dependentes a votar nos candidatos do Governo, fazendo assim funcionar a “máquina eleitoral”. (Alencar, 1981, p.197)*

Sodré (1990) apresenta de maneira clara e resumida o que foi essa “política dos governadores”:

“Tratava-se de entregar cada Estado federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que o dominasse, de forma a que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses Estados, inclusive pela dominação, com a força, de quaisquer manifestações de resistência. O Brasil era dividido em tantos feudos, reconhecidos no centro, quantos os seus Estados federados. Um acordo entre as oligarquias e o centro permitia a este governar em paz, comprometendo-se a não se imiscuir nos assuntos peculiares aos Estados, assuntos que seriam resolvidos segundo os interesses de cada uma das oligarquias assim oficialmente instaladas. Para isso, aquelas oligarquias ou organizavam forças irregulares próprias, à base de um banditismo semi-feudal, ou valiam-se de organizações policiais assemelhadas em tudo e por tudo a verdadeiros exércitos regionais”. (1990, p. 304-305)

Uma vez que a oligarquia paulista detinha o poder econômico (baseado no café) e a máquina eleitoral, e a oligarquia mineira possuía o maior eleitorado do país, aos grupos dominantes dos outros Estados restava apenas seguir a política do Governo Federal.

Quanto ao processo de industrialização brasileira, as atividades industriais em fins do século XIX e início do século XX foram impulsionadas pelos seguintes fatores:

I - "Nos derradeiros anos do século XIX começou a grande imigração para as regiões temperadas do sul do país, e em princípios do século XX surgiu a superprodução do café e um conseqüente refluxo dos colonos para as cidades;

II - a decretação do trabalho livre em 1888, a maior imigração de colonos europeus e a considerável cultura cafeeira determinaram a formação de um mercado interno de alguma importância para os produtos industriais. O progresso da eletricidade e a construção de grandes usinas de energia elétrica, principalmente em São Paulo e na Guanabara, constituíram elementos essenciais à evolução industrial: fontes de energia barata. O progresso e barateamento de máquinas operatrizes permitiram o estabelecimento de indústrias médias de transformação, baseadas na disponibilidade dessa energia em maior número nos dois centros: São Paulo e Guanabara;

III - criaram-se, dessa forma, no século XX, elementos favoráveis ao desenvolvimento de determinadas regiões do país: energia abundante e barata (com papel semelhante aos que os núcleos hulheiros exerceram na Inglaterra, nos E.U.A. e na Alemanha), aparelhamento moderno e de preços relativamente baixos, mercado de certa importância e melhores meios de transportes, pela construção de ferrovias e rodovias, abundante mão-de-obra não absorvida pelas fazendas, então em regime de superprodução;

IV - nossas exportações de produtos agrícolas deixaram de proporcionar poder aquisitivo externo suficiente para pagar as mercadorias industriais reclamadas pelo consumo interno. A baixa do câmbio reflete, em parte considerável, a situação de desequilíbrio provocada por uma população que cresce e se civiliza continuamente, e que não dispõe de meios de pagamento no exterior, para os produtos de que necessita. Essa contínua depressão das taxas cambiais passou a ser uma forte emulação para o desenvolvimento industrial". (Lima, 1976, p.320-321)

Durante o período da guerra (1914-1918), foi necessária uma intensificação da indústria, para atendimento da demanda interna.

Quanto à localização geográfica das indústrias, há uma concentração na zona Centro-Sul do país, devido à existência de um mercado consumidor mais denso, as facilidades de transporte e a abundância de energia elétrica.

Carone (1978) divide a industrialização brasileira em três fases, após o surto de 1880-1890: aquela que se inicia com o Encilhamento (1890) e termina com a crise geral de 1900; a que começa em 1901 e termina com a crise de 1914; e a que vai de 1914 a 1929, quando se inicia a debacle econômica mundial.

O Encilhamento foi uma política de Rui Barbosa que facilitou a formação de sociedades anônimas, permitindo a ampliação do número de indústrias no país. De acordo com essa política qualquer grupo que preenchesse determinadas condições legais poderia vender suas ações; com isso, assistiu-se, na época, ao desenfreado estabelecimento de fábricas de bebidas, calçados, tecidos, móveis, etc. Porém, nem todas as empresas criadas conseguiram sobreviver.

Segundo Carone (1978), nessa época houve a consolidação dos futuros domínios dos Matarazzo, Jafet, Pereira Inácio, da Companhia Antártica de Bebidas, do Conde de Leopoldina, do banqueiro Mayrink, da Mate Laranjeira, e de centenas de outros nomes nas indústrias nacionais.

Em 1899, a política de deflação e de restrições financeiras iniciada por Campos Sales institui a taxa-ouro para a importação; essa medida significava o encarecimento da importação de produtos estrangeiros, favorecendo assim a indústria nacional.

No período de 1901 a 1914 a indústria foi prejudicada pela política de austeridade financeira de Campos Sales e pela de gastos públicos iniciada por Rodrigues Alves.

Em março de 1914, como reflexo da crise mundial, houve paralisação nas fábricas brasileiras, os estoques se avolumaram, e os empregados foram dispensados.

O prolongamento da guerra levou o Brasil à riqueza da terceira fase industrial, de 1914 a 1930. O Brasil precisou diversificar a produção para fornecer à população os produtos que elas precisavam.

“As fábricas produzem quase 30 artigos novos e, pela primeira vez, os produtos industriais tornam-se significativos na pauta de exportação: a porcentagem dos produtos manufaturados ou transformados em 1913 é de 0,9%; em 1915 passa

para 3%; em 1916 a 6%; em 1917 a 16%; em 1918 a 29%; e em 1919 a 12%".
(Carone, 1978, p.81)

2. O Jardim da Infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos

Foi nesse contexto econômico e de lutas sociais e políticas nascidas dele, que surgiu o Jardim da Infância em São Paulo. Este foi um Estado dominado pelo café e por uma elite oligárquica que permaneceu no poder até 1930.

O Jardim da Infância anexo à Escola Normal de São Paulo foi criado no momento de entusiasmo com o regime republicano, mesmo porque este regime estava apenas no início.

Tendo em vista que as crianças seriam os futuros dirigentes da República, o Jardim da Infância se preocupará em prepará-las para "ser elite".

Segundo Kuhlmann Jr., o Jardim da Infância era parte da proposta educacional do Partido Republicano Paulista - PRP, do projeto da Escola Normal (Decreto nº 27, 12 de março de 1890), e dos planos de Gabriel Prestes (filiado ao PRP desde 1890). Entretanto, a concretização deste projeto se deu somente em 1896 através do Decreto nº 342, de 3 de março⁴.

Este decreto salientava a importância da criação de um jardim da infância como preparo para a Escola Modelo. Ele foi assinado por Bernardino de Campos, presidente (governador) do Estado de São Paulo, e por Alfredo Pujol, Secretário do Interior.

É importante destacar aqui que a criação do Jardim da Infância fazia parte da estrutura que Caetano de Campos defendia para o ensino público:

- a) para crianças de 4 a 6 anos - o Jardim Infantil (jardim da infância);
- b) para crianças de 7 a 10 anos - Escola de 1º grau;
- c) para a pré - adolescência de 11 a 14 anos - Escola de 2º grau;
- d) para os adolescentes de 15 a 18 anos - Escola de 3º grau.

Como podemos perceber, o jardim da infância está na base da estrutura de ensino, cabendo a ele a formação inicial da criança.

⁴ Anexo 2.

O Decreto nº 342 apenas criou o Jardim da Infância junto à Escola Normal da Capital, entretanto, o Decreto nº 397, de 9 de outubro do mesmo ano ⁵ que regulamentou a organização do Jardim: pessoal administrativo, finalidade do Jardim da Infância, funcionamento do Jardim, procedimentos e normas para a matrícula dos alunos.

O Artigo 181, do mesmo Decreto indica a orientação pedagógica deste nível de ensino:

O “Jardim da Infancia”, anexo à Escola Normal da Capital, é destinado a preparar, pela educação dos sentidos, segundo os processos de Froebel, os alumnos de ambos os sexos que se destinarem á escola-modelo preliminar.⁶

Na base do processo educacional de Fröebel está a preocupação com a “educação dos sentidos”; sendo que, para desenvolvê-la ele criou os dons.

A fim de organizar os meios para que essa orientação fosse cumprida, Gabriel Prestes viajou aos Estados Unidos, para conhecer os Kindergarten fröebelianos e reuniu uma equipe composta pelas seguintes pessoas: Maria Ernestina Varella (inspetora), a poetisa Zalina Rolim (vice-inspetora) e por Rosinha Nogueira Soares (inspetora da Escola Normal).

Gabriel Prestes não apenas visitou os jardins de infância norte-americanos, como trouxe dos Estados Unidos todo o material froebeliano.

O fato de Gabriel Prestes ter visitado os jardins de infância norte-americanos a fim de obter subsídios para a organização do jardim anexo à Caetano de Campos nos faz indagar porque ele não foi conhecer os jardins alemães.

Um fator que podemos apontar é o seguinte: no período em que estava sendo organizado o jardim paulista, os Estados Unidos era o principal consumidor do café brasileiro. Este fator aponta uma estreita relação econômica entre Brasil e Estados Unidos, uma vez que se os E.U.A.

⁵ Anexo 3.

⁶ Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1896 - Tomo VI.

deixassem de consumir o café brasileiro, o nosso país sofreria uma desestabilização econômica.

O fator apontado acima não é único, uma vez que o projeto da Carta Constitucional de 1891 era inspirado na Constituição dos E.U.A..

Considerando a relação econômica que o Brasil mantinha com os Estados Unidos, bem como, a influência da constituição norte-americana na elaboração da Carta Constitucional brasileira de 1891, podemos entender que fazia sentido Gabriel Prestes conhecer os jardins norte-americanos para poder elaborar a estrutura e organização do jardim paulista.

Pode-se dizer que essa relação existente entre Estados Unidos e Brasil de certa forma facilitava a aproximação brasileira com o sistema educacional dos E.U.A..

Além das relações existentes entre Brasil e E.U.A., há que se considerar, também, que segundo dados que constam da obra de Koch (1985), foi a própria viúva de Fröebel que enviou mestras para os jardins de infância norte-americanos.

Estes dados me faz acreditar que os jardins da infância norte-americanos foram fiéis às idéias fröebelianas; além disso temos a orientação que constava da proposta brasileira que os nossos jardins deveriam seguir os processos de Fröebel.

“À professora Rosinha coube a tarefa de treinar as primeiras professoras no uso do material froebeliano. Já a professora Zalina tomou as atividades froebelianas repletas de marchas, cânticos e poesias”. (Kishimoto, 1988, p.109-110)

De acordo com o relatório da inspetora d. Maria E. Varella, que consta na Revista do Jardim da Infância, do ano de 1896 o jardim da infância estava dividido em três períodos, sendo que o terceiro era preparatório para o primeiro ano da Escola Modelo.

Uma vez que as fontes utilizadas para essa pesquisa não esclarecem se o jardim da infância criado por Fröebel possuía divisão em períodos, é difícil afirmarmos que a estrutura do Jardim da Infância paulista segue a mesma divisão existente nos jardins alemães. Entretanto, como já mencionei anteriormente, para a organização da educação infantil junto à Escola

Normal da capital, foram visitados, por Gabriel Prestes, os jardins de infância fröebelianos existentes nos Estados Unidos.

Segundo Kuhlmann Jr., o Jardim foi inaugurado a 18 de maio de 1896, funcionando provisoriamente em antigo prédio na Avenida Ipiranga.

“Esse prédio no qual o jardim foi instalado provisoriamente estava dividido da seguinte forma: pequena sala de frente, onde está o segundo período, sendo professora, D. Anna de Barros; um gabinete ao lado, onde está guardada parte do material escolar; duas salas laterais ocupadas pelo primeiro e pelo terceiro período, sendo professora do primeiro D. Joana Grassi, e do terceiro D. Izabel Prado; um salão espaçoso por onde se fazem a entrada, saída e marchas dos alunos”.
(Revista do Jardim da Infância, vol. I, 1896, p.13)

O novo edifício para o Jardim da Infância foi projetado por Ramos de Azevedo e sua inauguração se deu no ano de 1897, durante a gestão de Bernardino de Campos, com Alfredo Pujol na Secretaria dos Negócios de Interior e Gabriel Prestes na Diretoria da Escola Normal, de São Paulo.

“O novo prédio, aos fundos, e completamente isolado do resto da Escola Normal, era cercado por um vasto jardim. Davam acesso a ele duas escadas em fraca rampa com pequenos degraus, assim construídas para evitar que as crianças caíssem ao subi-las. Havia quatro salas de aula e um grande salão central de forma octogonal para reunião geral e solenidades infantis, de 15 x 15m., onde estavam, entre outros, os retratos de Fröebel, Pestalozzi, Rousseau e Mme. Carpentier. O salão era coberto por uma cúpula metálica, abaixo da qual havia uma galeria sustentada por colunas de ferro, destinada ao público por ocasião de festas. Havia mais duas salas anexas ao corpo do edifício, uma para depósito do material e outra para reunião das professoras, perfazendo uma área de 940 m². Aos lados e no meio do jardim erguiam-se dois pavilhões para recreio das crianças”. (Kuhlmann Jr., s.d., p.2)

Quanto à clientela atendida por esse Jardim, tenho as seguintes informações:

“A cúpula do PRP obteve vagas na primeira turma de crianças. Bernardino de Campos - que foi presidente do Estado por duas vezes (1892-1896 e 1902-1904) - matriculou dois filhos. Havia também dois filhos de Julio de Mesquita, advogado, que foi deputado estadual, proprietário do jornal O Estado de São Paulo, e membro da Comissão Executiva do PRP, em 1892-94 e 1896 (Julio de Mesquita Filho, após cursar o Jardim da Infância e o primário na Caetano de Campos, continuou seus estudos em Portugal e na Suíça). Francisco de Assis Peixoto Gornide, que veio a

ser membro da Comissão Executiva do PRP em 1903, também matriculou um filho. Outros representantes da elite paulistana também estavam presentes, como por exemplo Ignácio Pereira da Rocha, Barão de Bocaina, Emilio Ribas, José Cardoso de Almeida.” (Kuhlmann Jr., p.3)

Tendo em vista esse perfil da clientela, fica uma questão importante a ser pesquisada futuramente: “Como esse jardim da infância atendeu à classe que mais necessitava de um ensino público e gratuito”?

Numa primeira observação, posso concluir que a classe economicamente desprivilegiada da população não pôde usufruir da educação oferecida pelo Jardim da Infância Caetano de Campos.

2.1 O Programa do Jardim da Infância

Ele foi elaborado por D. Maria Ernestina Varella e esteve em execução entre os anos de 1896 e 1926.

“Para a organização dos trabalhos do Jardim da Infância, foram adaptadas ou traduzidas partes das seguintes obras estrangeiras: - Para exercícios de Linguagem: - «Practical Suggestions for Kindergartners» de Jeanette R. Gregory. - «In the Child’s Word» de Emilie Poulsson. Para exercícios de gymnastica, brinquedos, cantos e hymnos: «Music for the Kinder-Garten » de Eleonore Meervart e «Die Bewegungsspiele und Lieder des Fröbel’schen Kindergarten» de Friedrich Seidel.” (Revista do Jardim da Infância, 1896, p.9)

Tanto no primeiro período como no segundo e terceiro, podemos observar que foi respeitada a orientação fröebeliana para a educação infantil. No programa consta os seguintes tópicos: linguagem; dons fröebelianos; trabalho manual; modelagem; desenho; números; cores; cantos; ginástica; brinquedos.

Tendo em vista a complexidade da proposta de Fröebel para o nível de ensino que está sendo estudado, nos deteremos principalmente na análise da metodologia fundada nos jogos, nos “dons” e no trabalho manual para o Jardim da Infância, já fundamentados anteriormente.

2.1.1 Jogos

Assim como são apresentados na obra “A EDUCAÇÃO DO HOMEM”, de Fröebel, no jardim da infância paulista os jogos foram classificados em três tipos:

1. jogos que exercitam o corpo, a força física e a habilidade do corpo;
2. jogos que exercitam os sentidos - a vista, o ouvido, o tato, o paladar e o olfato;
3. os que exercitam o espírito - são as ocupações que multiplicam as intuições, desenvolvem a inteligência, a atenção, a observação e fortificam a memória.

Independente destas categorias, para Fröebel “o jogo é manifestação espontânea do interno, imediatamente provocada por uma necessidade do interior mesmo”. (Fröebel, 1913, p. 56)

Tendo em vista essa orientação a respeito do jogo, as professoras responsáveis pela elaboração do programa do jardim da infância paulista consultaram e traduziram obras norte-americanas e alemãs que abordavam a questão do jogo.

Essa preocupação pode ser explicada pelo cuidado das professoras em respeitar os princípios fröebelianos; foi adquirido todo material fröebeliano a ser utilizado no jardim, a fim de que nada ocorresse de maneira incoerente à proposta de Fröebel.

Através da leitura de alguns artigos publicados na Revista do Jardim da Infância a respeito do jogo, podemos observar que não houve mudanças quanto à finalidade e orientação que Fröebel atribuiu ao jogo.

Como exemplo, temos o artigo intitulado “Dos Jogos nos Jardins da Infância” (Zalina Rolim, 1897). Neste artigo, destaca-se a importância do jogo nos seguintes aspectos referentes ao desenvolvimento infantil: exercitar o corpo, os sentidos e o espírito; desenvolver a criatividade e a tendência para o trabalho; preparar a criança para a vivência em sociedade; prepará-la para a obediência.

Todos estes aspectos que devem ser desenvolvidos através do jogo são apontados por Fröebel na sua teoria⁷.

Não tive acesso a fontes que pudessem esclarecer acerca das atividades desenvolvidas no jardim criado por Fröebel; entretanto, acredito que o importante era ter os princípios de sua teoria mantidos, quando concretizados em culturas diferentes (da alemã)

Segue-se, como exemplo, um jogo que exercita o corpo, prepara a criança para a vivência em sociedade e desperta nela o gosto pelo trabalho:

"Achando-se as crianças sentadas nos seus lugares, dá-se o primeiro sinal com a campainha a fim de ficarem atentas; ao segundo, devem ficar em pé e com as mãozinhas pousadas sobre os encostos das cadeirinhas e, ao terceiro, colocarem estas embaixo da mesa.

Ao som do piano as crianças saem marchando umas atrás das outras, até que, a um outro sinal da campainha, formem o círculo, de mãos dadas.

Colocam-se então quatro criancinhas no centro, de modo a formar uma cruz, unidas umas às outras pelas mãozinhas direitas. Tanto as do centro, como as que formam o círculo devem girar cantando os versinhos seguintes, acompanhados pelo piano:

*Já viste o moinho girando
Ao sopro do vento amigo?
Dia e noite trabalhando
Moe o milho, moe o trigo.*

*Nossa vontade amiguinhos
É um vento de asas potentes;
Sejamos como os moinhos,
Ativos, bons, diligentes.*

Cantando estas quadras, fazem as crianças acenos correspondentes aos movimentos dos moinhos. Finalizado o canto chamam-se as outras quatro crianças ao centro, e assim vai-se prosseguindo até que todas aí tenham estado.

Este brinquedo intitulado - moinho de vento - desperta nas criancinhas o gosto pelo trabalho". (Revista do Jardim da Infância, 1896, vol.I, p.254-255)

Este foi apenas um exemplo de jogo, porém, há outros que desenvolvem os outros aspectos que são tão importantes para a educação infantil.

⁷ Os aspectos apontados por Fröebel são apresentados na parte deste trabalho intitulada "Fröebel e a Educação".

Para finalizar, acredito que as “jardineiras” paulistas obtiveram subsídios para desenvolver a metodologia fröebeliana no que diz respeito aos jogos, entretanto, se possuísse relatórios (e outros materiais) das professoras que atuaram no jardim paulista, sem dúvida, teria elementos que possibilitariam uma melhor análise quanto à metodologia utilizada no jardim anexo à Caetano de Campos.

Quanto aos dons, em sua obra “A EDUCAÇÃO DO HOMEM”, Fröebel não aborda essa questão, nem o seu uso no processo educacional, fato que nos faz supor que a elaboração desse material foi posterior à esta obra.

Entretanto, através de autores comentaristas, como Koch (1985), obtive a informação de que foi devido às observações realizadas por Fröebel no Instituto de Burgdorf (1835) que ele criou materiais didáticos como o cubo, a bola e a esfera, aplicados ao ensino da matemática e da língua alemã.

O que consta no livro “A Educação do Homem” são as análises de Fröebel quanto às formas geométricas - a esfera (os cristais, o cubo, o octaedro, o tetraedro, outras figuras, figuras compostas) - , o que me faz supor que este estudo o auxiliou na construção dos dons.

No material coletado a respeito do jardim de infância anexo à escola Caetano de Campos há informações quanto ao uso dos “dons” no ensino da matemática. Entretanto, o material não foi utilizado no Brasil para o ensino da língua alemã.

Anteriormente já apresentei os dons fröebelianos, bem como a sua finalidade.

Uma das obras utilizadas para orientar o trabalho com os dons fröebelianos no Jardim, anexo à Caetano de Campos, foi o Guia para Jardineiras, do “Paradise of Childhood”, de Edward Wiebé. Neste guia encontramos sugestões de como utilizar esse material. Esta obra foi traduzida para o português, a fim de auxiliar as jardineiras da Caetano de Campos.

Apresento, a seguir, a sugestão da orientação de trabalho com cada um dos dons, para que se possa conhecer a sua utilização no Jardim:

Primeiro dom: é constituído de seis bolas de borracha, cobertas com tecido de várias cores (amarelo, vermelho, azul, verde, violeta, alaranjado). Primeiramente deve ser dada à criança a bola vermelha. Depois que as crianças estiverem familiarizadas com esta cor, pode-se passar para a segunda e a terceira e, assim, sucessivamente.

Além da utilização das bolas para o ensino das cores, esse material deve ser utilizado para jogos seguindo o ritmo de músicas apropriadas.

Entre outras atividades que podem ser desenvolvidas com a bola temos as seguintes:

- a) prender as bolas a um cordel e movê-las em diversos sentidos;
- b) fazer as bolinhas "deitarem-se para dormir"; para esse brinquedo canta-se os seguintes versos:

*"Minha bola está cansada
Vai descansar a bolinha.
Que ela durma sossegada
Na sua fofa caminha."*

(Revista do Jardim da Infância, 1896, vol.I, p.222)

- c) passar as bolas de mão em mão; esta atividade deve ser, também, acompanhada de um canto.

Seguem abaixo, algumas dessas canções utilizadas para acompanhar os jogos e brinquedos:

Bola no cordel
*"Vertical, direitinha
Quero ver a bolinha:
Abaixo, acima!
Abaixo, acima!
Eu, com cautela,
Faço com elia".*

(Revista do Jardim da Infância, vol.I, 1896, p. 193)

Aplicação das bolas para o conhecimento das cores

*"Vinde conosco bolinhas,
De cores tão variadas:
Vermelhas, amarelinhas,*

*Bem roxas, alaranjadas,
Verdes, azuis... que formosas!
Como nos fazeis ditosas!...
Vinde, gentis bolinhas,
Vinde às nossas mãozinhas!"*

(Revista do Jardim da Infância, vol.I, 1896, p.192)

Segundo dom: esfera, cubo e cilindro de madeira.

Primeiramente deve ser dada a esfera para a criança, a fim de que ela possa comparar a esfera com a bola do 1º dom. Depois devem ser dadas as bolas de lã e as de madeira. Após esta fase, dá-se o cubo. No cubo devem ser estudados os seus 6 lados, os seus 8 cantos e as 12 quinas.

"A observação levará as crianças a certificarem-se da igualdade das faces, e da sua limitação constante por quatro quinas e quatro cantos. Verificarão, ainda, que das seis faces, quatro são mais lisas do que as duas outras. E mais, que o cubo não rola como a esfera, fica parado no mesmo lugar enquanto não se puxa por ele".
(Revista do Jardim da Infância, vo.I, 1896, p.223)

Realizado o estudo do cubo, apresenta-se o cilindro.

Feito o estudo da esfera, do cubo e do cilindro separadamente, dá-se às crianças a caixa inteira do segundo dom.

Nas atividades propostas com o primeiro dom já é possível observar o desenvolvimento de algumas noções matemáticas, entretanto, são nas atividades do segundo dom ao vigésimo que o trabalho dessas noções ficam mais claras.

Terceiro dom: cubo dividido em oito cubosinhos. Este dom possui a finalidade de representar objetos reais; formas que concretizem relações e formações numéricas; formas artísticas, resultantes de combinações simétricas.

Primeiramente a caixa com o material deve passar pelas mãos das crianças, a fim de que tenham um primeiro contato com ele. Feito isto, a caixa é retirada ficando sobre a mesa o cubo que estava dentro.

"Distribuídas as caixas, repitam as crianças esta operação e começa-se a divisão dos cubos pelas diversas seções: em partes para a direita e para a esquerda, ou para cima e para baixo. Depois em quatro partes, dando lugar às diversas

combinações, quer para a representação dos objetos reais, quer para representar relações numéricas ou para formar combinações simétricas. Quanto a estas partindo-se de uma forma fundamental pode-se modifica-la, originando-se uma grande série de desenvolvimentos. Para isso deve-se atender a que cada alteração de uma parte deve ser acompanhada de alterações correspondentes nas partes opostas. Produz-se assim uma imensa variedade de formas simétricas que agradam a vista e cultivam o gosto". (Revista do Jardim da Infância, 1896, vol.I, p.225)

Nas construções devem ser utilizadas todas as partes que compõem o dom.

Quarto dom: cubo dividido em oito partes oblongas. Este material permite que as crianças realizem uma maior variedade de construções e as auxilia na melhor compreensão das noções relativas às diversas dimensões, na medida em que pode estabelecer relações de comparação entre as formas, cores, tamanhos dos diversos dons.

Quinto dom: cubo divisível em metade e/ou em quartas partes. Este material permite observar a regularidade e a beleza das combinações que resultam da alteração simultânea das partes opostas. A professora deve dar às crianças as orientações para as alterações a serem realizadas no material.

Sexto dom: constituído de vinte e sete paralelepípedos do mesmo volume - dezoito são inteiros e seis são divididos no sentido da largura e do comprimento, totalizando trinta e seis partes. Neste dom devem ser observadas as diferentes formas das partes, a grandeza e o número.

"Com o sexto dom realizam-se as duas séries de desenvolvimento dados por Fröbel, cujo fim é dar a conhecer às crianças as propriedades gerais dos sólidos, por meio da observação e da experiência". (Revista do Jardim da Infância, vol.I, 1896, p.227)

Sétimo dom: tabuazinhas quadradas e triangulares para compor figuras. Apresenta-se inicialmente à criança o quadrado, e em seguida divide-se esta figura para formar um triângulo equilátero. Dividindo o triângulo equilátero temos a formação de dois triângulos escalenos. Ajustando os triângulos escalenos pela base resulta o obtusângulo. Essas são as formas que constituem o sétimo dom.

Essas formas são aplicadas tanto na educação artística quanto na matemática.

Oitavo dom: os pauzinhos que compõem este dom são a representação concreta das arestas do cubo. Através deles é possível traçar o contorno de objetos com linhas concretizadas. Eles podem ser utilizados para ensinar as crianças a contarem, a adicionar, subtrair, multiplicar e dividir.

Através da proposta de trabalho utilizando esse dom podemos observar o início do trabalho com as crianças acerca das operações matemáticas.

Nono dom: é formado por anéis e meios anéis para compor figuras.

Primeiramente os anéis (argolas) são distribuídos às crianças, a fim de que elas percebam que eles não têm início e nem fim; depois são dados dois meios anéis, para que percebam que se juntarem os dois, resultará um anel inteiro. As figuras feitas com os anéis devem ser reproduzidas pelas crianças, na lousa ou no papel.

Décimo dom: material para desenho.

O desenho desenvolve a faculdade de representar as coisas percebidas e, também, oferece o melhor meio de constatar quão correta foi a percepção. Para a sua realização deve-se dar às crianças lousas, sendo que um dos seus lados é coberto por um cruzamento de linhas, formando quadradinhos de uma "polegada"⁸ que servem para regularizar a atividade das crianças. As linhas possuem a finalidade de guiar as crianças no movimento do lápis e, também, de as auxiliarem no estabelecimento de relações entre posições e distâncias.

Após a etapa de desenho na lousa, passa-se para o desenho em papel quadriculado, do mesmo modo que eram as lousas.

Os desenhos realizados por cada criança devem ser guardados para que se tenha uma noção do desenvolvimento do desenho de cada uma delas.

Décimo primeiro dom: material para picagem.

⁸ Polegada é uma medida inglesa de comprimento, e equivale aproximadamente a 25,4 mm do sistema métrico decimal.

“Dá-se a cada criança um cartão coberto de uma camada de feltro e sobre esta um outro cartão ou papel, para ser perfurado ou picado por meio de uma agulha encravada em um cabinho de madeira. Para guiar as crianças nesta ocupação estende-se uma folha de papel quadriculado sobre o cartão que tem de ser perfurado. A princípio os furos, que são pequenos mas distintos, devem ser feitos nos pontos em que as linhas verticais cortam as horizontais. À medida que as crianças progredirem, os furos passam a ser feitos entre esses pontos, em todas as direções, e também diagonalmente”. (Revista do Jardim da Infância, 1896, vol.I, p.235)

Esta atividade desenvolve, principalmente, a percepção das distâncias e posições.

Pode-se dar às crianças cartões com as formas elementares (linhas, ângulos, quadrados, retângulos, etc.), bem como, desenhos representando o contorno de flores, insetos, frutas, etc., para a perfuração pelo mesmo processo citado acima.

Décimo segundo dom: material para alinhavo.

Os materiais picados no dom anterior podem servir para o trabalho de alinhavo que é objeto deste dom. É recomendado que este trabalho seja feito em papel resistente.

Décimo terceiro dom: material para recortes de papel e combinação.

Um primeiro ponto no trabalho com recortes é que as tesouras a serem utilizadas sejam sem pontas. Entretanto, deve-se aproveitar o uso desse instrumento para ensinar às crianças a manuseá-lo com cuidado e atenção.

O material a ser utilizado para recorte deve ser quadrados de papel branco ou colorido, que depois de dobrados em forma triangular, são recortados segundo linhas determinadas.

“Começa-se pelo corte vertical, passando-se ao seu oposto, o horizontal e à posição média, a oblíqua, devendo as crianças traçarem segundo as indicações das professoras as linhas que terão de seguir no recorte”. (Revista do Jardim da Infância, vol.I, 1896, p.237)

As orientações para a elaboração do material para recorte podem ser encontradas na Revista do Jardim da Infância:

“As partes cortadas devem ser utilizadas para formar também combinações simétricas, e para isso distribuem-se folhas de papel ou de cartão em que as crianças possam colá-las, pela maneira que a sua imaginação lhes sugerir”. (vol.I, 1896, p.238)

Décimo quarto dom: material para tecelagem em papel. Essa ocupação auxilia no desenvolvimento mental e corporal da criança.

Neste trabalho utiliza-se o seguinte material: folhas de papel, cortadas em fitas, de modo a formar a trama (mats) para os tecidos em papel.

Primeiramente, as fitas da trama ficam alternadamente colocadas na parte superior e inferior. Em seguida passa-se a alternar de duas em duas fitas, já sendo possível compor vários desenhos. Após esta etapa, reproduzem-se os modelos que dão origem a combinações mais complexas e a resultados mais atraentes.

Décimo quinto dom: varetas para entrelaçamento. Elas são de diferentes cores e servem de intermediárias entre as superfícies (as taboinhas) e as linhas representadas por pausinhos ou arame. Essas varetas podem ser utilizadas para construção de diversas formas.

Décimo sexto dom: réguas com dobradiças - gonígrafo. Podem ser utilizadas para construção de diversas formas.

De acordo com a Revista do Jardim da Infância (vol.I, 1896, p.239), maiores informações sobre o uso desse material podem ser obtidas na obra “Paradise of Childhood” e no manual de Krauss Boelte.

Décimo sétimo dom: fitas para entrelaçamento. Este material é formado por fitas de papel de oito ou dez polegadas de comprimento e um quarto de polegada de largura.

Décimo oitavo dom: material para dobradura. Com ele podemos construir formas que auxiliarão no estudo das propriedades geométricas.

“Coloque-se um quadrado de papel sobre a mesa, de modo que dois ângulos fiquem colocados no sentido da largura da mesa. Dobre-se o ângulo inferior sobre o de cima ajustando bem os seus respectivos lados; dobre-se em seguida o ângulo direito sobre o esquerdo. Abra-se o papel, que vem a ficar dividido por duas

diagonais. Dobrem-se para o centro os quatro cantos, de modo a formar um quadrado menor". (Revista do Jardim da Infância, vol.I, 1896, p.240)

A partir dessa forma resultante é possível que a crianças construam várias outras figuras.

Décimo nono dom: material para construção com ervilhas. Essa construção tem por objeto a construção do contorno dos sólidos.

"O material para tais exercícios consiste em fios de arame que se reúnem por meio de ervilhas previamente embebidas em água para que os fios de arame facilmente se possam encravar nelas". (Revista do Jardim da Infância, vol.I, 1896, p.240).

Em vez de ervilhas podem ser utilizados cubozinhos de cortiça.

Vigésimo dom: material para modelagem (argila).

Para a realização dessa atividade são distribuídas tábuas e um pedaço de argila para cada criança. Primeiramente deve-se modelar a esfera, e a partir dela modelar-se, então, a laranja, a maçã, etc. Depois desses exercícios, passa-se à construção das figuras geométricas (o cubo, o cilindro, etc.).

Podemos dizer que os "dons" juntamente com os jogos e o trabalho manual concretizam o princípio básico da educação em Fröebel, ou seja, a "educação dos sentidos".

No jardim paulista os dons foram utilizados para desenvolver na criança, entre outras coisas, a noção de cor, forma, conhecimento de algumas figuras geométricas (esfera, cilindro, cubo), bem como, para exercitar os sentidos.

Para Fröebel a criança é curiosa por natureza, isto é, ela busca conhecer todos os objetos que constituem o mundo ao seu redor. Utilizando os dons, a criança desenvolve não apenas a sua curiosidade, mas, também, a sua criatividade.

Se as atividades sugeridas para serem realizadas com os dons tiverem sido seguidas pelas "jardineiras" paulistas, poderíamos dizer que foram seguidas as orientações fröebelianas para a educação da criança.

2.1.2 O trabalho manual

A proposta do trabalho manual está presente no programa elaborado por D. Maria Ernestina Varella para o primeiro, segundo e terceiro período do Jardim da Infância paulista.

No primeiro período orienta-se o trabalho com continhas, entrelaçamento, dobraduras. No segundo período, inicia-se o trabalho com tecelagem: *“exercícios graduados, primeiro com fitas largas de papel e depois com fitas mais estreitas. - Aplicações com fitinhas”*. (Revista do Jardim da Infância, vol.I, 1896, p.22)
No terceiro período é a vez da dobradura:

“- Quadrado, lados, ângulos, diagonais e medianas. - Diversas dobraduras colecionadas em cadernos. - Imitação de objetos comuns. - Formas artísticas, ferrinhos e rolhas, (ou ferrinhos e ervilhas) - Imitação das principais formas geométricas, artísticas e de objetos comuns. - Números. - Letras. - Invenções.- Modelagem. - Bola, cubo, cilindro. Formas derivadas de objetos comuns. Reprodução de flores e frutos”. (Revista do Jardim da Infância, vol. I, 1896, p.24)

Analisando a proposta acerca do trabalho manual apresentada acima, podemos perceber que na realização daquelas atividades são utilizados os dons fröebelianos (do sexto ao vigésimo dom).

Porém, o material sobre o trabalho manual, levantado junto às fontes pesquisadas, para o Jardim paulista, não forneceu dados esclarecedores do desenvolvimento desse programa.

Segundo Fröebel, o trabalho manual educa e desenvolve principalmente o tato. Na sua obra “A Educação do Homem”, ele propõe um material para ser utilizado no trabalho manual. Mas, com referência a São Paulo, não encontramos esse correspondente, muito embora de acordo com as informações obtidas, essa instituição de ensino preocupou-se com o uso do material adequado à metodologia fröebeliana.

Cabe destacar também que a única obra de Fröebel que está sendo utilizada nesse trabalho, como fonte de informação acerca de suas idéias educacionais, ou seja, “A Educação do Homem” não apresenta, em detalhes, como se dava o trabalho manual, mesmo porque ela foi escrita anteriormente à fundação do Kindergarten.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria educacional de Friedrich Fröebel (1782-1852) é toda voltada para a “educação dos sentidos”. Para ele, esta educação auxilia na busca da essência divina que existe no homem e nas coisas.

Esse aspecto religioso marca toda a sua teoria, sendo o seu fundamento. A doutrina religiosa que orienta a teoria de Fröebel é a protestante.

Através do estudo apresentado aqui, ficou claro que Fröebel esperava que a educação auxiliasse o homem a se aproximar da perfeição divina.

Apesar desse aspecto religioso estar sempre ressaltado em Fröebel, no que se refere ao Jardim da Infância, anexo à Escola Normal Caetano de Campos não observei menção alguma a esses fundamentos da teoria fröebeliana.

As fontes consultadas sobre a organização do Jardim paulista mostrou-me, no entanto, uma preocupação com o desenvolvimento da capacidade de percepção da criança. Com referência aos jogos, aos dons e ao trabalho manual observei, ainda, uma preocupação com o desenvolvimento da criatividade infantil e dos sentidos. Porém, Fröebel não se restringia em sua teoria educacional apenas a esses aspectos: ele cria que através dos jogos, dos dons e do trabalho manual, estaria preparando a criança para o trabalho, para a vivência em sociedade e para a obediência.

Acredito que esses objetivos tenham sido seguidos no jardim paulista, uma vez que as “jardineiras” buscavam os subsídios para a sua prática educacional na Revista do Jardim da Infância.

Os artigos publicados neste periódico constituem-se, em sua maioria, de resumos de obras estrangeiras que apresentam estudos da teoria fröebeliana. Nesta pesquisa tive acesso a alguns desses artigos, sendo possível, através da leitura deles, constatar a presença de vários elementos da teoria fröebeliana apresentados na obra “A Educação do Homem”. É o caso, por exemplo, da visão de criança como ser ativo, pensante e criador, presente no artigo “Dos Jogos nos Jardins da Infância”: se essa visão não

estivesse permeando as atividades pedagógicas do jardim paulista o uso da metodologia fröebeliana não se justificaria aí.

Na organização do jardim anexo à Caetano de Campos também houve uma preocupação em traduzir e adaptar para a realidade brasileira os cantos e marchas que acompanhavam os jogos infantis. A revista citada faz menção à adaptação para a nossa realidade, do material vindo dos Estados Unidos.

Entretanto, o que pude perceber foi uma cópia, para a escola paulista, das atividades realizadas nas escolas americanas. Pude verificar isso, por exemplo, na proposta de atividades desenvolvidas com os dons, que é apresentada na Revista do Jardim da Infância.

No entanto, como trabalhei com apenas dois números da Revista, penso que os artigos publicados nestes, não podem dar uma visão que corresponda àquela realidade educacional e às atividades desenvolvidas no jardim anexo à Caetano de Campos.

Quando esta pesquisa já estava em andamento obtive informações de que um grupo da PUC - SP estava começando a organizar num acervo, todo material do Jardim da Infância, anexo à Caetano de Campos. Talvez, depois de concluído esse trabalho de organização do arquivo, seja possível completar e aprofundar esse trabalho, que agora concluo.

Este trabalho foi para mim apenas o início de uma pesquisa a respeito do Jardim da Infância; espero que outros mais sejam produzidos e venham complementá-lo e enriquecê-lo.

IV. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALENCAR, Francisco e outros. **História da Sociedade Brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.
- BOSI, Alfredo. "As Letras na Primeira República". In: HOLANDA, S. B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - 2º volume: Sociedade e Instituições (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1985. P.293-319.
- CARONE, Edgar. **A República Velha I: Instituições e Classes Sociais (1889-1930)**. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1978.
- **COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Tomo I - 1889 -1891, Tomo VI - 1896.
- COTRIM, Gilberto & PARISI, Mario. **Fundamentos da Educação: História e Filosofia da Educação**. São Paulo: Saraiva, 1988. 13ª ed.
- DEBESSE, Maurice e MIALARET, Gaston. **Tratado das Ciências Pedagógicas**. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1974.
- EBY, Frederick. **História da Educação Moderna**. Porto Alegre, Editora Globo, 1976.
- FRÖEBEL, Friedrich. **La Educación del Hombre**. Madrid, Daniel Jorro Editor, 1913.
- GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo, Editora Ática, 1993.
- HUBERT, René. **História da Pedagogia**. Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. 3ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1976.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo, Edições Loyola, 1988.
- _____. "A pré-escola na República" in **Proposições** nº 3. SP: Cortez Editora, dezembro de 1990, p.55-65.
- _____. **Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

- y -KOCH, Dorvalino. **Desafios da Educação Infantil**. São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- KRAMER, Sônia (coord.). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 9ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1995.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Pedagogia e educação moral**. Mimeo.
- LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**. Vol.II. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1974.
- LIMA, Heitor Ferreira. **História Político-Econômica e Industrial do Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo, Editora Nacional, 1975/77.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 4ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 1995.
- MÄRZ, Fritz. **Grandes Educadores**. São Paulo, EPU, 1987.
- MAYER, Frederick. **História do Pensamento Educacional**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- ↳ -MONARCHA, Carlos. "*Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança*". In: FREITAS, Marcos Cézar (org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1997. P.97-136.
- NAGLE, Jorge. "*A Educação na Primeira República*". In: HOLANDA, S. B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - 2º volume: Sociedade e Instituições (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1985. P.259-291.
- NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "*Historiografia da Educação e fontes*" in **Cadernos ANPED**, nº5, setembro, 1993.
- ↳ -PRÜFER, G. **La vida y la obra del fundador de jardines infantiles**. Buenos Aires, Editorial Americalee, 1944.
- PRÜFER, Johann. **Federico Fröebel**. Barcelona-Buenos Aires, Colección labor. Sección II-Educación. Biblioteca de Iniciación Cultural, 1930.

- REIS FILHO, Casemiro dos. **A Educação e a Ilusão Liberal**. Coleção Educação Contemporânea. Série Memória da Educação. São Paulo, Cortez Editora: Autores Associados, 1981.
- Revista do Jardim da Infância**. São Paulo, Espínola, Siqueira & Comp. v.1, 1896, v.2, 1897.
- ROSA, Maria da Glória. **A História da Educação através dos textos**. São Paulo, Cultrix, 1976.
- SOARES, Manuel. **Fröebel e Montessori: O trabalho manual na escola**. Cadernos da "Seara Nova". Seção de Estudos Pedagógicos. Lisboa, Editora Seara Nova, 1937.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "*O processo político-partidário na Primeira República*" in **Brasil em Perspectiva**. São Paulo, DIFEL, 1976, p.126-226.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- VILCHES, Gladys & COZZI, Virgilio. **La Educación en Pestalozzi y Fröebel**. Colección Breviarios Pedagógicos. Buenos Aires: Editorial Huemul S.A., s.d.

V. ANEXOS

5.1 Anexo I

Nº 27

Decreto de 12 de março de 1890

Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas
annexas

O Governador do Estado de São Paulo:

No exercício da atribuição conferida pelo art. 2º § 2º do decreto do Governo Federal sob n.7 de 20 de novembro de 1890:

Considerando que a instrução bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso e que ao governo incumbe o rigoroso dever de promover o seu desenvolvimento;

Considerando que, de todos os factores da instrução popular, o mais vital, poderoso e indispensavel, é a instrução primaria, largamente diffundida e convenientemente ensinada;

Considerando que, sem professores bem preparados, praticamente instruidos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado ás necessidades da vida actual, o ensino não póde ser regenerado e eficaz;

Considerando mais que a Escola Normal do Estado não satisfaz as exigências do tirocínio magistral a que se destina, por insufficiência do seu programma de estudos e pela carência de preparo práctico de seus alunos:

Decreta:

TITULO I

Da Escola Normal

Artigo 1º O ensino da Escola Normal, instituida para preparar professores publicos primarios, comprehenderá as materias seguintes:

Lingua portugueza (leitura, exercicios de composição, declamação e grammatica);

Arithmetica, algebra e geometria e escripturação mercantil;

Physica e chimica;

Geographia e cosmographia;

Historia do Brazil, com especialidade a de S. Paulo;

Educação civica;

Noções de economia politica, com especialidade da rural;

Organização e direcção das escolas;

Biologia;

Calligraphia e desenho;

Gymnastica;

Exercicios militares e escolares;

Musica;

Artigo 2º O ensino da Escola Normal será gratuito e destinado a ambos os sexos.

Artigo 3º O curso normal será de tres annos e o ensino distribuido pelas seguintes cadeiras:

Duas de lingua portugueza;

Duas de arithmetica, algebra e geometria e escripturação mercantil;

Duas de geographia, cosmographia e historia do Brazil;

Uma de physica e chimica;

Uma de economia politica e educação civica;

Uma de organização e direcção das escolas;

Uma de biologia

Artigo 4º Além das cadeiras mencionadas no artigo antecedente, o ensino normal será distribuido pelas aulas seguintes:

Calligraphia, desenho e economia e prendas domesticas, para o sexo feminino;

Calligraphia e desenho para o sexo masculino;

Gymnastica e exercicios escolares para o sexo feminino;

Gymnastica e exercicios militares para o sexo masculino;

Musica, solfejo e canto coral, para o sexo feminino;

Musica, solfejo e canto coral, para o sexo masculino;

Trabalhos manuaes.

Artigo 5º As aulas mencionadas no artigo anterior serão regidas por professores e professoras, nacionaes ou estrangeiros, contractados pelo governador, mediante proposta do Director da Escola.

Artigo 6º O ensino das mencionadas cadeiras e aulas será distribuido do modo seguinte:

Primeiro anno

Portuguez.
Arithmetica.
Geographia e cosmographia.
Exercicios militares.
Caligraphia e desenho.

Segundo anno

Portuguez.
Algebra e escripturação mercantil.
Geometria.
Physica e chimica.
Gymnastica.
Musica.
Desenho.

Terceiro anno

Historia do Brazil.
Biologia.
Educação civica e economia politica.
Organização das escolas e sua direcção
Exercicios praticos.

§unico. No curso para o sexo feminino: no 1º anno accrescerá - prendas e exercicios escolares, em substituição dos militares; - no 2º anno accrescerá economia domestica e prendas, e será dispensado o estudo de algebra e escripturação mercantil.

Artigo 7º O programma do ensino será organizado pelo Director da Escola, com audiencia do Director da instrucção Publica - quanto ao das

escolas modelos e approved pelo Governador. Esse programma será rigorosamente observado.

§1º O curso para o sexo feminino funcionará separadamente e poderá ter um programma mais restricto.

§2º No programma de ensino serão especializados exercicios de gymnastica para cada sexo.

Artigo 8º Para ser admitido á matricula no 1º anno da Escola Normal, provará o pretendente perante o Director:

1º Ser maior de 15 annos de idade, si fôr mulher e de 17 annos, si fôr homem.

2º Ter sido approved em rudimentos de portuguez, francez, arithmetica, geographia e calligraphia, em exames prestados na Escola Normal, nos lyceus de instrucção publica que se crearem no Estado, ou nos cursos superiores da Republica.

Artigo 9º Os exames feitos em outro estabelecimento de ensino não serão acceitos para substituir os do curso da Escola Normal.

Artigo 10º So serão admitidos a exame vago das materias do curso da Escola Normal, com o fim de obterem carta de normalista os professores nacionaes ou estrangeiros, que, por habilitações especiaes, conseguirem do Governo essa permissão, mediante proposta do Director da Escola, depois de terem exhibido documentos irrecusaveis de sua proficiencia, moralidade e exercicio proveitoso da profissão.

§único. O exame será prestado em cada uma das materias constitutivas do curso.

Artigo 11. O pessoal da Escola constará do seguinte:

1 Director;

10 Professores (art. 4º);

6 Ditos contractados (art. 4º);

1 Professor Director da escola modelo annexa do sexo masculino;

1 Professora Directora da escola modelo annexa do sexo feminino;

1 Preparador de physica e chimica;

1 Secretario;

1 Bibliothecario e archivista;

2 Porteiros;

2 Continuos;

Artigo 12. A cargo do preparador de physica e chimica ficarão o laboratorio e respectivos gabinetes.

Artigo 13. Ao professor da - organização e direcção das escolas - incumbirá a guarda e fiscalização do museu pedagogico, sendo-lhe arbitrada uma gratificação por esse trabalho.

Artigo 14. O cargo de director será de nomeação do Governo e poderá ser um dos professores da escola. Em seus impedimentos, será substituido pelo professor vitalicio mais antigo, como vice-director.

Artigo 15. Os logares de secretario e de bibliothecario- archivista serão exercidos por professores da escola, designados pelo governador.

Artigo 16. O primeiro provimento das cadeiras, creadas por este decreto, será feito por livre nomeação do governador, independente de concurso.

§único. As vagas serão preenchidas mediante concurso, no qual o julgamento será por votação nominal, especificando-se os motivos de preferencia na classificação dos candidactos.

Artigo 17. Os professores contractados (art. 5º), só depois de 5 annos de exercicio, poderão ser nomeados effectivos mediante proposta do director.

§único. Para a aposentadoria será o tempo do contracto computado com o da effectividade.

Artigo 18. A substituição temporaria dos professores, por tempo que não exceda a 30 dias, será feita por outros professores da Escola, designados pelo director, que, para isso, attenderá ao relacionamento das materias. Si a substituição fôr por mais tempo, a nomeação do substituto será feita pelo governador, mediante proposta do director.

Artigo 19. Os funcionarios das escolas Normal e Modelo terão os vencimentos seguintes:

FUNCCIONARIO S	Ordenado	Gratificação	TOTAL
Director	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
Professor effectivo (art.3º)	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Prof. de calligraphia e desenho	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Professor de musica	480\$000	240\$000	720\$000
Professor de gymnastica	240\$000	120\$000	360\$000
Prof. director de escola-modelo	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Preparador de physica e chimica	1:333\$340	666\$660	2:000\$000
Secretario	600\$000	600\$000
Bibliothecario e archivista	600\$000	600\$000
Zelador do museu pedagogico	300\$000	300\$000
Mestres de trabalhos manuaes	600\$000	600\$000
Porteiro	800\$000	440\$000	1:200\$000
Continuo	640\$000	320\$000	960\$000

TITULO II

Das Escolas - Modelo

Artigo 20. Annexas à Escola Normal, funcionarão duas escolas-modelo, uma para cada sexo, para nellas practicarem na regencia das cadeiras os alumnos do 3º ano daquela escola.

Artigo 21. Cada uma das escolas modelo será dividida em tres secções correspondentes ao ensino dos tres seguintes grãos:

1º gráo

-Licções de cousas com observação espontanea.

-Instrucção civica.

-Leitura: ensino proporcionado ao desenvolvimento das faculdades do alumno a ponto de lêr correctamente, prestando o professor atenção á prosodia.

-Exercicios de analyse sobre pequenos trechos lidos, de modo a poder o alumno comprehender e ficar conhecendo a construcção de phrases e sentenças, sem decorar regras grammaticaes.

-Escripta graduada até a applicação das regras da orthographia.

-Arithmetica elementar, incluindo as quatro operações fundamentaes, fracções ordinarias e decimaes, regra de tres simples com exercicios praticos, problemas graduados de uso commum.

-Ensino pratico do systema legal de pesos e medidas.

-Desenho a mão livre.

-Exercicios de redacção de cartas, facturas e contas commerciaes.

-Noções de geographia geral e de geographia physica, concernente aos phenomenos da evaporação, formação das nuvens, das chuvas, dos ventos das serras e montanhas, de sua influencia na formação dos rios, guiando os alumnos ao conhecimento do mappa do Estado.

-Gymnastica, comprehendendo marchas escolares e exercicios militares.

-Canto coral.

-Trabalhos manuaes - (Construcções, trabalhos a colla, papel dobrado, recortes, trabalhos em papelão, em cordas, em vime).

2º Gráo

-Continuação de lições de cousas.

-Leitura de auctores nacionaes com mais apurada observação da prosodia e manejo dos dictionarios.

-Escripta, com attenção ás regras da orthographia e exercicios calligraphicos.

-Continuação do estudo de arithmetica, comprehendendo regras de tres composta, regras de juros simples e composta, formação e extracção de raizes, redução á unidade, divisão em partes proporcionaes, inclusive as regras de sociedade e mistura media com problemas de applicação á vida commum, regras sobre conversão de moedas e sobre cambio.

-Grammatica elementar da lingua nacional ensinada em exercicios praticos e analyse de prosadores e poetas modernos.

-Continuação do estudo da geographia physica, com explicação da formação das montanhas, vulcões, rios, mares, ilhas e continentes, especialmente o estudo das bacias do Amazonas e do Prata, sob o ponto de vista commercial; - conhecimento do mappa do Brazil.

-Algebra de equações e problemas do primeiro gráo e geometria plana.

-Desenho linear, incluindo elementos de projecção geometrica e desenho topographico elementar;

-Exercicios de composição;

-Trabalhos manuaes: Recorte de papel e papelão, modelação, trabalhos em páu , em ferro, combinação de ambos.

3º gráo

-Leituras de auctores classicos nacionaes, em analyse para o conhecimento da syntaxe.

-Grammatica da lingua nacional.

-Lingua franceza.

-Continuação do estudo de algebra até equações do 2º gráo, com problemas e continuação do estudo de geometria.

-Desenho com applicação ás artes.

-Geographia physica e descriptiva, com maior desenvolvimento, quanto ao Brazil no tocante ás suas relações industriaes e commerciaes com outros paizes.

-Noções elementares e praticas de historia natural.

-Cosmographia.

-Historia do Brazil, especialmente a de S. Paulo.

-Exercicios de declamação e estylo.

-Trabalhos manuaes (Uma arte)

Artigo 22. Ao programma da escola modelo para o sexo feminino accrescerá: - no 1º gráo: - costura simples; - no 2º gráo: - costura, crochet, córte sobre moldes, labores mais communs e economia domestica, - no 3º gráo: - costura, córte e levantamento de moldes e trabalhos diversos de agulha, bordados uteis e economia domestica.

Artigo 23. As lições deverão ser mais empiricas do que theoricas, e o professor se esforçará por transmittir a seus discipulos noções claras e exactas, provocando o desenvolvimento gradual de suas faculdades.

Artigo 24. Nas escolas modelo, serão admittidos á matricula alumnos de 7 a 10 annos de idade, para o 1º gráo; de 10 a 14, para o 2º gráo; e de 14 a 17, para o 3º gráo.

Artigo 25. Não excederá a vinte e cinco em cada gráo ou secção o numero dos alumnos matriculados na escola modelo.

Artigo 26. As primeiras nomeações para as cadeiras nas escolas modelos serão feitas livremente pelo Governador; as vagas serão preenchidas mediante concurso, com programma organizado pela congregação da Escola Normal.

Artigo 27. Os alumnos do terceiro anno da Escola Normal exercerão a pratica do professorado nas escolas modelo, na ordem em que forem designados pelo director e sob a inspecção dos professores directores, aos quaes compete a distribuição desse serviço e sua melhor applicação.

Artigo 28. Os alumnos mestres obedecerão ás determinações dos professores directores na execução do ensino pratico.

Artigo 29. A falta de frequencia e disciplinas nas escolas-modelo importará para os alumnos mestres as mesmas penas estabelecidas pelo Regulamento para a falta de frequencia e de disciplina nas aulas da Escola Normal.

Artigo 30. Os trabalhos manuaes serão executados pelos alumnos das escolas-modelo sob a direcção dos mestres mediante gratificações convencionadas. A escolha de taes mestres póde recahir em alumnos da Escola Normal.

TITULO III

Disposições Diversas

Artigo 31. Os actuaes professores de desenho da Escola Normal, embora classificados por este decreto entre os professores contractados, ficarão já no goso da effectividade dos cargos, independente do decurso do praso de cinco annos (art. 17), por terem sido nomeados mediante concurso.

Artigo 32. Os actuaes professores das escolas annexas á Normal terão preferencia para regerem outras cadeiras do municipio da Capital, quando vagarem.

Artigo 33. Os alumnos da Escola Normal approvados em exame do 1º anno, poderão matricular-se no 2º anno, mas antes do exame final do 2º anno, prestarão exames das materias que, por este decreto, accrescerem ao primeiro anno.

Artigo 34. Os alumnos approvados nos exames do 2º anno da Escola, poderão matricular-se no 3º anno, mas, antes do exame final desse anno, deverão prestar exame de geographia e cosmographia, chimica, desenho e calligraphia.

§único. A esses alumnos será dispensado diariamente uma hora de trabalho pratico na escola modelo, afim de frequentarem alternadamente as aulas das materia acima referidas.

Artigo 35. O director da Escola Normal, de accordo com a Congregação, organisará o novo Regulamento, consolidando as disposições deste decreto e da Legislação e Regulamentos anteriores, não

revogadas por esta lei. O projecto de Regulamento será submettido à aprovação do Governador.

§unico. O Director da Escola Normal organizará o regimento interno dessa Escola e das escolas annexas e o submetterá á aprovação da Congregação.

Artigo 36. As aulas das Escolas Normal e Modelo serão abertas a 15 de Março e encerradas a 14 de Novembro.

Artigo 37. Serão feriados, alem dos domingos: 1º Os dias de festa nacional, como taes considerados pelo decreto de 14 de janeiro de 1890; 2º os do carnaval; 3º a quinta, sexta e sabbado da semana santa.

Artigo 38. Ficam revogadas as disposições em contrario.

O secretario do governo o faça publicar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, em 12 de Março de 1890.

Prudente J. de Moraes Barros.

5.2 Anexo II

Decreto nº 342 - de 3 de março de 1896

Cria um - Jardim da Infancia - junto à Eschola Normal da Capital.

O Presidente do Estado, attendendo á representação do dr. Secretario do Interior, e considerando a necessidade da instituição de um - Jardim da Infancia - como preparo á Eschola Modelo,

Decreta:

Art. unico. -Fica creado um - Jardim da Infancia- junto á Eschola Normal da Capital, como preparo á Eschola Modelo; revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo de São Paulo, 3 de março de 1896.

Bernardino de Campos.

Alfredo Pujol.

5.3 Anexo III

Decreto 397, de 9 de outubro de 1896.

Regulamento da Escola Normal de São Paulo.

A que se refere o Decreto nº 397, desta data, para ser observado no curso secundário da mesma escola e nas escolas - modelo annexas.

Titulo I

Da Escola Normal

Capitulo V

Do Pessoal da Escola e seus vencimentos

Art. 23. O pessoal do curso secundario e das escolas - modelo annexas constará de:

1º) Curso secundario

Pessoal administrativo:

- 1 director
- 1 secretario
- 1 bibliothecario
- 1 preparador
- 1 zelador do museu pedagogico
- 1 official da secretaria
- 2 amanuenses - sendo um archivista
- 1 professora inspectora das alumnas
- 1 porteiro
- 5 continuos
- 6 serventes
- 2 jardineiros

Pessoal docente:

- 16 lentes cathedraicos
- 2 professoras contractadas
- 4 professores contractados
- 2 auxiliares do professor de trabalhos manuaes,

2º) Escola Complementar

4 professores (secção masculina)

4 professoras (secção feminina).

3º) Escola preliminar "Caetano de Campos"

Pessoal administrativo:

1 auxiliar do diretor

Pessoal docente:

5 professores (secção masculina).

5 professoras (secção feminina).

1 professora auxiliar.

4º) Jardim da Infancia

Pessoal administrativo:

1 inspectora.

1 auxiliar da inspectora.

1 porteiro.

1 guardian.

Uma servente.

Pessoal docente:

1 professora para cada classe.

Artigo 24. Todo o pessoal da Escola, com excepção do director, está sujeito ao ponto diario.

Artigo 25. As faltas de comparecimento classificam-se como abonaveis, justificaveis e injustificaveis.

§1º São abonaveis as faltas por serviço publico obrigatorio, comissões e gozo de férias; as de nojo por morte de mulher, filhos, pares, avós, irmãos, cunhados, na permanencia do cunhadio, sogro e sogra, genro e nora e as de gala por casamento.

§2º As faltas em razão de nojo por morte de mulher, filhos, paes e avós abrangerão o período de sete dias; as outras, o de tres dias.

§3º Por necessidade do serviço poderá o director restringir o período de anojamento e, desanojando o lente ou empregado, convidal-o a apresentar-se na Escola.

§4º As faltas justificaveis, que não poderão exceder de tres em cada mez, salvo caso de licença, serão as que forem dadas por molestia propria ou de pessoa de sua familia.

Artigo 26. As faltas abonadas não occasionarão desconto algum nos vencimentos nem mesmo no tempo de effectivo serviço; as justificadas acarretarão a perda das gratificações ou os descontos especificados no artigo 27, quando por licenças; as injustificadas produzirão o prejuizo total dos vencimentos, correspondentes aos dias em que ellas se derem, e aos feriados entre elles incluidos.

Artigo 27. As licenças concedidas, por motivo de molestia ou outra qualquer causa attendivel, occasionarão, salvo a concessão declarada - "sem vencimentos"- os seguintes descontos, além da perda da gratificação:

§1º da quarta parte do ordenado, quando a licença fôr de dous a quatro mezes, por motivo de molestia propria ou de pessoa de sua familia.

§2º da metade do ordenado, quando, pelo mesmo motivo, fôr de quatro a seis mezes.

§3º da totalidde do ordenado, quando, na mesma hypothese, fôr de mais de seis mezes.

§4º da quarta parte do ordenado, quando, por qualquer motivo attendivel, fôr de um a dous mezes.

§5º da metade do ordenado, quando, pelo mesmo motivo, fôr de dous a quatro mezes.

§6º da totalidade do ordenado quando, exceder esse pago.

Artigo 28. As portarias de licença serão apresentadas ao director para mandar cumpril-as e ao Thesouro do Estado para averbação.

Artigo 29. Os vencimentos do referido pessoal são os que constam da tabella (sob n. 1) annexa a este regulamento.

Titulo II
Das escolas-modelo annexas
Capitulo III
Do "Jardim da Infancia"

Artigo 181. O "Jardim da Infancia", annexo á Escola Normal da Capital, é destinado a preparar, pela educação dos sentidos, segundo os processos de Froebel, os alumnos de ambos os sexos que se destinarem á escola-modelo preliminar.

Artigo 182. O ensino será feito de conformidade com o programma que será publicado, depois de approvedo pelo Governo.

Artigo 183. O "Jardim da Infancia" terá uma inspectora, uma auxiliar da inspectora e uma professora para cada classe.

§único. O pessoal para esses logares será nomeado pelo Governo por proposta do director da Escola.

Artigo 184. As aulas do "Jardim da Infancia" serão abertas a 16 de Fevereiro e encerradas a 30 de Novembro, de cada anno, e funcionarão em todos os dias uteis de onze horas da manhã ás tres horas da tarde.

§único. O tempo decorrido do trabalho escolar será dividido e sub dividido pelos recreios que forem julgados necessarios.

Artigo 185. A matricula para as aulas do "Jardim da Infancia" serão abertas a 1º de Fevereiro e encerradas a 10 do mesmo mez, sendo effectuadas no livro para esse fim destinado.

§único. A apresentação pessoal dos menores candidatos á matricula será feita pelos paes, tutores ou protectores legaes.

Artigo 186. Serão admitidos á matricula, até ao numero que comportar o respectivo edificio, crianças de ambos os sexos que:

1º Sejam maiores de 3 annos e menores de 7 annos;

2º Sejam vaccinadas ou não tenham sido affectadas de variola;

3º Não tenham molestia contagiosa ou repugnante.

Artigo 187. Os matriculados serão divididos em tres classes, conforme o seu desenvolvimento.

Artigo 188. As professoras do "Jardim da Infancia" serão auxiliadas pelas alumnas da escola complementar, divididas em turmas, conforme designar o director da Escola e de modo a não serem prejudicadas em seus estudos.

Artigo 189. A pratica do magisterio será feita no "Jardim da Infancia" pelas alumnas da Escola Normal que, no ultimo anno do curso, maior vocação demonstrarem para ensino das classes infantis.

Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, 9 de outubro de 1896.

A. Dino Bueno.